



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ACTA N.º 03/2017

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2017

INICIADA ÀS 14 HORAS E 40MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 20 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	05
- ORDEM DO DIA.....	14
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	27
- ENCERRAMENTO.....	29

**ACTA N.º 03/ 2017**

**ABERTURA**

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. José Armando Serra dos Reis** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** -Desporto Cultura e Movimento Associativo;
- 2.2** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.3** - 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual do Investimento e Plano das Actividades mais Relevantes;
- 2.4** - Relatório de Gestão das Contas Consolidadas de 2016;
- 2.5** - Regime Extraordinário de Regularização de Industrias, Explorações Pecuárias e Outras Actividades – Decreto-lei n.º 165/2014, de 05/11 – Pedido de deliberação de Interesse Público Municipal – Processo n.º 97/96 – Sociedade Agrícola Rio Velho, Lda.;
- 2.6** - Desafecção do domínio privado para o domínio público municipal de parcela de terreno sito na Rua Direita e Rua do Isqueiro, Casegas, da União de Freguesias de Casegas e Ourondo;
- 2.7** - Desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno sito na Avenida 2 de Novembro, freguesia de Dominguiso;
- 2.8** - Desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno com 29m<sup>2</sup> sita na travessa das Moitinhas, Teixoso;
- 2.9** - Adesão à ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado na Rede de Aldeias de Montanha;
- 2.10** - Adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago – Estatutos;
- 2.11** - Adesão à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais;
- 2.12** -Relatório Semestral - Provedora do Município.

**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha e Senhor António Paulo Pereira Ranito. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. José Armando Serra dos Reis, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. José Paulo Pina Simão, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, Dra. Ana Rita Aguilar Ferreira Gaudêncio Mineiro, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Carla Marisa Pereira da Silva Marques, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspere os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Augusto Fernando Godinho Macedo (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores **José Augusto Martins Santos, Dr. Eduardo Manuel Esteves Melfe, Fernando José Gonçalves Casteleira, José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa). -----**

Verificada a existência de "quórum", o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

**PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.-----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----



**ORDEM DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 06/2015 DE 29 DE DEZEMBRO;  
N.º 05 E 06/2016 DE 23 E 30 DE DEZEMBRO E N.º 02/2017 DE 05 DE MAIO**

--- Submetidas as actas, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocadas à votação, foram as mesmas ***aprovadas por unanimidade.*** -----

**EXPEDIENTE**

- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Declarações de Voto sobre impedimento de realização de audições no âmbito da transferência de competências;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo à pergunta formulada pela Senhora Deputada Paula Santos sobre "Carência de trabalhadores no Agrupamento de Escolas do Teixoso, concelho da Covilhã";
- Ofício n.º1658 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças a acusar a recepção do Voto de Protesto pelo eventual encerramento da Agencia da Caixa Geral de Depósitos no Teixoso;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a resposta do Governo à pergunta formulada pela Senhora Deputada Paula Santos sobre "Redução do funcionamento da ambulância do INEM na Covilhã";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, o Requerimento apresentado na Comissão de Ambiente e Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, para a disponibilização dos estudos no âmbito do processo de descentralização para as autarquias locais;
- E-mail do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção da "Moção sobre a intenção da extinção de Amas no Concelho da Covilhã";
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a informar que entregou 10 projectos sobre matérias relevantes para a defesa do ambiente;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, o Projecto de Resolução 917-XIII - Recomenda ao Governo a preservação e a oposição à exploração mineira da Serra da Argemela;
- Proc.4377/2013 do Tribunal de Contas a informar que as Contas do Exercício de 2013 foram homologadas e remete as recomendações transmitidas ao Executivo Municipal;

- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a acusar a recepção da “Moção sobre a intenção da extinção de Amas no Concelho da Covilhã”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta dirigida ao Governo pela Senhora Deputada Paula Santos sobre “Carência de enfermeiros no Centro Hospitalar Cova da Beira”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projecto Lei, que propôs ao Governo, sobre a Lei de Finanças Locais;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta dirigida ao Governo, pela Senhora Deputada Paula Santos “Sobre os Postos da GNR no Concelho da Covilhã e no Concelho de Belmonte”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP ” a acusar a recepção da Intervenção do Dr. Marco Gabriel sobre Habitação Social;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, dois Projectos Lei “Regularização da situação dos Trabalhadores das Autarquias” e “Fixa o regime de atribuição e os montantes... Suplementos e outras compensações... risco de penosidade e insalubridade”;
- Ofício n.º3452 da Universidade da Beira Interior - Gabinete do Reitor a acusar a recepção e a agradecer a Moção de Congratulação pela passagem do 31.º Aniversário da Universidade da Beira Interior;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a recepção da “Moção sobre a intenção da extinção de Amas no Concelho da Covilhã”.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs a aprovação de um “Voto de Pesar e Solidariedade para com as Comunidades Locais, dos 7 Concelhos (Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra, Góis, Penela e Sertã), que sofreram os efeitos nefastos da terrível tragédia provocada pelos incêndios que assolaram estes territórios, na fatídica semana de 17 a 24 de Junho de 2017” (*doc.01*). -----

--- Colocado à votação o “Voto de Pesar e Solidariedade para com as Comunidades Locais, dos 7 Concelhos (Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra, Góis, Penela e Sertã), que sofreram os efeitos nefastos da terrível tragédia provocada pelos incêndios que assolaram estes territórios, na fatídica semana de 17 a 24 de Junho de 2017” foi o mesmo *aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio*. -----

### INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Senhor Prof. Reis Silva (PCP): “Os acontecimentos da última semana, independentemente de medidas de emergência de reparação, socorro e prevenção para os próximos meses, ao contrário de reclamarem pressa e precipitação em decisões avulso e medidas para responder ao clamor popular, exigem em primeiro lugar a identificação das causas fundas que nos trouxeram até esta dramática situação...” (*doc.02*). -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra (PSD): "Passou um ano e meio (14/01/2016) que o Conselho de Ministros aprovou a missão e o estatuto da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que tinha como objectivo, criar, implementar e supervisionar um programa para a coesão territorial, promovendo medidas de desenvolvimento do Interior... " (doc.03). -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo (MAC): "Estamos nós muito preocupados em falar dos incêndios que ocorreram e, acho, que é um sentimento generalizado ter esta sensação de que algo está profundamente errado, naquilo que aconteceu.

É esse sentimento que nós temos que ter em consciência e temos que tentar, de facto, corrigi-lo..." (doc.04) -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro (PS): "eu quero, nesta declaração da Bancada, em nome do Partido Socialista, começo já pela última intervenção, não resisto. Só para agradecer ao Senhor Deputado João Bernardo, a preocupação manifestada com o Partido Socialista, e para assinalar e registar que, de facto, já tinham chegado notícias que o seu espaço político, no seu Partido, está a estreitar-se. Porventura, estará já a preparar aqui, com esta preocupação com o Partido, uma aproximação ao Partido Socialista. Quero-lhe dizer que preencha a ficha e certamente o Partido Socialista logo avaliará a possibilidade de ser Militante do Partido Socialista. Agradeço-lhe a preocupação, mas da nossa casa tratamos nós.

Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta

Eu quero começar por dar os Parabéns pelo 142.º Aniversário dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, na pessoa dos seus Dirigentes, do Corpo de Comando e de todos os Associados. Saúda-los e agradecer-lhes, em nome da Bancada do Partido Socialista, todo o trabalho que fazem em prol da Protecção Civil e da Segurança dos nossos Concidadãos e do nosso Concelho. É também de registar que é a Corporação mais antiga do Distrito. E, portanto os meus parabéns, uma longa vida.

E continuarão, certamente, a contar com o Partido Socialista para apoiar em tudo o que for possível e necessário a esta grande causa humanitária dos Bombeiros Voluntários.

Quero também felicitar o Senhor Prof. Doutor António Fidalgo, que foi reeleito Reitor da Universidade da Beira Interior esta semana. E, institucionalmente, felicita-lo por essa reeleição, pelo acto democrático que a Universidade realizou, enfim com o novo figurino e que culminou agora com a eleição do novo Reitor. E, por isso, dizer-lhe que contará sempre, também, com o Partido Socialista para continuar de forma leal, transparente e séria a colaborar com a Universidade da Beira Interior e a pugnar pelo desenvolvimento do nosso Concelho.

Quero destacar, também, as duas medalhas de ouro do Senhor Maestro Luís Cipriano e do Coro que dirige. As duas medalhas de ouro que arrecadou numa recente digressão Internacional, num concurso Internacional da Polónia. De facto, é um orgulho para a Covilhã e é um orgulho para toda a Região termos na nossa Cidade, contra a vontade de alguns e arrepio, certamente, da vontade de muitos que, no passado, tentaram que este tipo de projectos saísse da Cidade. Felizmente hoje há, neste Executivo e nesta Autarquia, espaço para que este projecto cultural e outros projectos culturais se desenvolverem na nossa Cidade e darem, com isto, um exemplo de dinamismo para a nossa Região e para todo o País e, neste caso, para o Mundo.

Não posso deixar de destacar, também, aquilo que é a realização que está a decorrer nestes dias, os *Jogos Special Olympics*, que a nível Nacional, este ano, se celebram e comemoram na Covilhã, temos centenas de Jovens, Monitores e acompanhantes na nossa Cidade, que terminam amanhã. E, portanto, quero felicitar a Organização, a Federação dos *Special Olympics* e também a APPACDM, que é a anfitriã nestes Jogos na Covilhã e a Câmara Municipal por mais esta realização.

E, também, porque considero que é oportuno, dado a Assembleia que é porventura, senão a última, a penúltima do nosso Mandato, acho que é chegado também o momento de fazermos um balanço destes quatro anos de Mandato. E eu quero, na qualidade de Líder de Bancada, fazer aqui, em traços muitos gerais e muito globais, uma pequena resenha daquilo que foi estes quatro anos de Mandato. E quero dizer que é, para mim, um grande orgulho ser Líder de uma Bancada. Eu faço parte da Assembleia Municipal desde 2001, já vi muito nesta casa, já passei por muito nesta casa, sei o que era a Democracia antes, sei o que era ser-se Deputado da Oposição, sei o que é ser-se agora Deputado da Posição, sei como é que eram tratados os assuntos, quer internamente na Câmara, quer na Vereação, quer na Assembleia Municipal. E há uma coisa, que eu tenho profundo orgulho, que é no avanço da qualidade da Democracia que tivemos com estes quatro anos e com a Eleição do Presidente Vítor Pereira. E isso para nós que somos amantes da Democracia, eu sou um filho da Liberdade nasci depois de 74, mas para nós que somos amantes da Democracia e filhos da Liberdade este ganho Institucional de Democracia é absolutamente fundamental e basilar. Hoje temos uma Câmara e uma Autarquia com mais Democracia, com mais Liberdade, com mais respeito. Uma Autarquia que pretende somar, temos um Presidente de Câmara que quer construir, que ao invés de muros, constrói pontes, que procura realizar obra, procura pensar no futuro, com uma governação sustentada e sustentável e isto faz muita diferença.

Hoje não encontramos Presidentes de Junta, ou não encontramos Dirigentes Associativos de castigo, à espera na porta da Câmara Municipal, porque se portaram mal, não foram a uma determinada actividade e o Senhor Presidente da Câmara não os recebe.

Não, hoje toda a gente entra na Câmara Municipal sem nenhum problema. Não há nenhum Deputado Municipal, não há nenhum Presidente de Junta, e estão aqui alguns do passado que sabem do que é que eu estou a falar e podem testemunha-lo, se tiverem coragem, nenhum deles fica de castigo cá em baixo. E este ganho de Democracia e de Liberdade, meus Caros Amigos, se mais não houvesse, vale todo este Mandato e é para mim um grande orgulho, em nome da Bancada do Partido Socialista, dar esta nota e agradecer a todo o Executivo Municipal, desde o Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores, pelo ganho da qualidade da Democracia, com estes quatro anos..." -----



INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. David Silva (Tortosendo) apresentou uma Moção de Apoio ao Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo (*doc.05*). -----

--- Colocada à votação a *Moção de Apoio ao Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo* foi a mesma *aprovada por unanimidade*. -----

--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra: “eu gostaria de aproveitar este ponto da Ordem de Trabalhos para trazer aqui, fundamentalmente, três questões: uma delas tem a ver com o saudar o nosso Magnífico Reitor pela reeleição que acabou por ter esta semana. A recondução do Prof. António Fidalgo creio que trás à Covilhã e ao nosso Concelho uma responsabilidade acrescida, na medida em que ele, como todos sabemos, é um defensor de uma Covilhã Universitária, de uma Covilhã Universitária Internacional, ele tem acções muito bem definidas no sentido de alcançarmos os objectivos todos. E, digo todos porque é todos! A UBI, e todos, o Executivo e a Autarquia, no sentido de alcançarmos uma População Estudantil Nacional e Internacional relevante. Porque, no fundo, aquilo de que nós precisamos, são de pessoas e a Universidade tem essa capacidade de colocar neste Concelho pessoas, massa critica, pessoas jovens, jovens que poderão ficar a trabalhar e que no fundo trarão uma mais-valia incalculável para o nosso Concelho; por outro lado trazer aqui um ponto que tem que ver com a dissolução da Sociedade POLIS, na última Assembleia, eu próprio, levantei aqui o tema e alguns Membros desta Assembleia, enfim, o tema que eu levantei foi que a dissolução ainda não estava concretizada, ainda não estava registada e não está! E portanto depois do dia 5 de Maio, que estivemos aqui reunidos e que alguns Membros desta Assembleia se apressaram a mostrar-me, num telemóvel, que estaria um registo, coisa que eu não vi nessa mostra que me fizeram. Volvido este tempo e no dia 13, creio, houve um registo, uma actualização qualquer e a dissolução ainda não se deu. Portanto, o imbróglio jurídico que o Senhor Presidente da Câmara queria resolver no final de 2016, com uma Assembleia marcada em cima da hora, como todos sabemos, eu próprio não estive presente nessa Assembleia porque pessoalmente não pude, e apressadamente resolver uma coisa que ainda hoje, volvido meio ano, não está resolvida. Portanto queremos saber o que é que se passa;

Por outro lado, referir aquilo que todos recebemos na correspondência, que nos foi enviada da Assembleia Municipal, que tem que ver com a homologação das contas relativas ao exercício de 2013. E, é evidente que nós não temos responsabilidades nessas contas, como é sabido, pelo menos nós, que fomos Eleitos neste Mandato (porque há aqui alguns de nós que foram Eleitos no Mandato anterior que até têm, mas nós que fomos Eleitos neste Mandato) não obstante não termos responsabilidades, sobre o exercício de 2013, devemos olhar para estas recomendações, ainda que elas cheguem praticamente no final do nosso Mandato, com a devida preocupação. E aquilo que me preocupa é que, estas recomendações do Tribunal de Contas são, se quiserem, o corolário daquilo que o PSD vem dizendo ao longo deste Mandato, aqui nas reuniões onde aprovamos orçamentos, onde aprovamos contas de gerência, onde aprovamos contas consolidadas, que é os níveis de execução orçamental e outros que aqui são trazidos pelo Tribunal de Contas devem merecer a nossa preocupação.

As Entidades devem ter em atenção os mecanismos de alerta precoce dos desvios estipulados na Lei, 85% de nível de execução da receita, coisa que nós sabemos que ao longo deste Mandato nunca se cumpriu e isto é preocupante, porque nós não somos Eleitos com o *slogan* de fazer melhor e diferente e volvidos quatro anos fazemos igual ou pior. E portanto isto tem que ser dito e este balanço tem que ser feito.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Recebemos informações que o Centro Hospitalar da Cova da Beira teria deixado de oferecer, aos nossos Concidãos e à População em geral desta Região, algumas especialidades cirúrgicas em regime autónomo, como o caso da urologia, tendo unificado o serviço cirúrgico num só. Preocupa-nos esta reorganização e preocupa-nos que a mesma tenha sido feita sem comunicação prévia aos doentes que eram seguidos nestas especialidades e à População em Geral e às Entidades, nomeadamente à Câmara Municipal da Covilhã, se é o caso?! Por isso é que eu trago aqui esta questão, não ouvi ninguém falar nisto nas Reuniões de Câmara, nem o Senhor Presidente. E, portanto, é essa a questão que eu trago: saber se esta reorganização teve, ou tem, apenas como intuito e como pressuposto a necessidade de distribuição de recursos? E fez-se por base nesta redistribuição de recursos, nomeadamente de enfermagem em falta, de outros serviços que revelam a dificuldade que a Instituição atravessa, na contratação de recursos essencial ao normal funcionamento. Ficamos, obviamente preocupados com o facto de o Centro Hospitalar da Cova da Beira perder esses serviços especializados e as Populações perderem o acesso a estes serviços em concreto. Queremos, por isso, questionar o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento destas alterações, se se encontra disponível para questionar o Senhor Presidente do Centro Hospitalar da Cova da Beira, relativamente às implicações directas das mesmas? E, aproveitando a questão, para conhecer os desenvolvimentos da criação da Unidade Local de Saúde da Cova da Beira. Agradeço-lhe a sua resposta.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor Rui Miguel: “Aproxima-se o término de um ciclo autárquico de 4 anos e o início de um novo. É, assim, tempo de reflectir sobre o que foi feito e tomar as melhores opções sobre o que se pretende para o futuro...” (*doc.06*). -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Chegamos ao fim do mandato autárquico. Cumprimos o mandato que nos foi confiado pelos nossos concidadãos... É tempo do balanço e da prestação de contas àqueles que nos elegeram porque nós fomos portadores da sua esperança e das suas aspirações...” (*doc.07*)

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco apresentou um Voto de Louvor à Universidade da Beira Interior (*doc.08*). -----

--- Colocado à votação o **Voto de Louvor à Universidade da Beira Interior** foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- O Senhor Doutor Pedro Manquinho: “O PCP vem novamente questionar o Município da Covilhã, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, sobre a questão da Taxa de Ocupação do Subsolo, vulgo TOS.

Mais uma vez, vimos pedir que nos seja facultado o acesso à sentença do Tribunal Administrativo de Castelo Branco de 2012, sentença essa supostamente favorável às pretensões do Município e a um tal documento da ERSE em que são referidos valores já cobrados à Empresa GALP. A tão falada sentença já foi pedida pela Bancada do PCP, na última Assembleia Municipal, pelo Vereador Eleito pela CDU José Pinto e pela própria Bancada do PS, na pessoa do Senhor Deputado José Oliveira, um requerimento para que fosse facultada a mim e a ele e depois a todas as Bancadas. Estranhámos, ou não, que a sentença demore tanto tempo a ser facultada para que, de facto, se possa esclarecer cabalmente todos os factos, relativamente a esta questão, pois quem está a ser prejudicado, todos os meses, são os Municípios da Covilhã.

E, já agora, quando nos facultar a dita sentença, faculte-nos também o tal documento da ERSE, para que não tenhamos que repetir este processo todo, novamente.

E aqui vou deixar uma pergunta: a Câmara Municipal da Covilhã cobra TOS?" -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Em nome da Mesa e em nome da Assembleia saúdo e, mais uma vez, agradeço profundamente aos Dirigentes do Movimento Associativo.

Os Senhores estão na casa, de excelência, da Democracia no Concelho da Covilhã.

Os nossos profundos agradecimentos a todos quantos tiram um bocadinho para estar connosco, infelizmente não é o momento para Vos dar período de intervenção, mas certamente levarão convosco algum contributo dos Senhores Deputados que, nesta fase, terão oito minutos para expressar o que lhes vai na alma.

Sou um homem do Movimento Associativo, ao qual sempre estive e estarei ligado, enquanto viva, desde os meus primeiros dias de vida, mas sobretudo depois do 25 de Abril. Tenho esse privilégio, de ter estado sempre ligado ao Movimento Associativo. E daí, como Presidente da Mesa, a própria Mesa e todos os Senhores Deputados e, certamente, os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente estarão solidários em vos agradecer a vossa vinda aqui. Muito obrigado a todos, transmitem aqui, muito do brilho e da dignidade que esta Assembleia quer transmitir aos seus actos, às suas intervenções, à sua vida. Muito obrigado a todos!" -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: "destacando as suas palavras de saudação e simpatia para com os nossos Dirigentes Associativos, que efectivamente do ponto de vista Regimental e enquanto Dirigentes Associativos, não há espaço regulamentar, mas quero informá-los que têm o espaço de Intervenção do Público. Aliás, como todos os nossos Concidadãos podem intervir. Mas uma saudação especial a todos os nossos Dirigentes Associativos.

Retomando aquilo que foi a minha intervenção, há pouco, onde fazia mais ou menos um périplo daquilo que foram estes nossos quatro anos de Mandato. Reafirmar o orgulho, eu acho que deve ser um orgulho colectivo, de hoje o ambiente Democrático na Covilhã ser substancialmente diferente. E, pese embora as dificuldades com que encontrámos este Município, acho que todos estamos de parabéns, porque tentámos e conseguimos, do meu ponto de vista, fazer um bom trabalho.

E eu quero apenas lembrar que, quando chegámos em 2013, todos nós, na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, aquilo que encontrámos foi uma Câmara Municipal com 300% de dívida, 300% de dívida!

Isto é: eram precisos três Orçamentos Anuais de Receita para pagar a dívida que a Câmara Municipal tinha. Tínhamos uma capacidade operacional praticamente inexistente; tínhamos uma equipa de recursos humanos altamente desmotivada, perseguida e posta de castigo, pelos anteriores Executivos, quando tinham a ousadia de pensar pela cabeça própria e ter uma opinião que poderia, porventura, ser divergente da do anterior Presidente da Câmara; tínhamos carreiras congeladas; tínhamos um conjunto de situações de perseguições - algumas delas com condenação em Tribunal, da Câmara Municipal, com pagamento de indemnizações a funcionários da Câmara Municipal da Covilhã, por atitudes do passado, em relação à gestão dos recursos humanos.

E, Meus Caros Amigos, efectivamente já é a segunda vez que eu falo nisto, mas acho que é uma diferença do dia para a noite, aquilo que é a cultura Democrática e a Cultura de Poder destes Órgãos Municipais, com o passado e com um passado que quer voltar a ser presente. E nunca, nunca o futuro se fez do passado!

E eu quero realçar que é com grande orgulho que nós, Eleitos Municipais, estamos com outro espírito de Democracia, com outro espírito de executar obra. E, executar obra que executámos!

Por exemplo, acabámos com a política de orgulhosamente sós. Vocês sabiam que foi esta a primeira Assembleia Municipal que aprovou a adesão à ADERES? Toda a gente sabe o que é a ADERES!? Uma Associação de Desenvolvimento Local que trabalha no nosso Território, no desenvolvimento das Freguesias e das nossas Comunidades, há mais de 30 anos.

É compreensível que a Câmara Municipal ande, anos e anos, de costas voltadas para uma Entidade como esta? Com a Associação de Municípios da Cova da Beira; com a Rede das Judiarias, com a Rede das Aldeias de Xisto; a UBIMEDICAL, enfim, uma infinidade de Instituições com quem a Câmara Municipal, pura e simplesmente, estava de costas voltadas. Porquê? Porque não mandávamos!

E portanto orgulhosamente sós, como no passado da outra senhora. A Câmara Municipal da Covilhã achava que, ou se mete nas coisas e manda e faz o que quer, ou então não vale a pena participar. Não, nós vivemos em Comunidade e somos, naturalmente o motor de desenvolvimento da nossa Região e é com humildade que o devemos assumir e é dando a mão construindo pontes e não muros. Portanto, isso é uma marca indelével do nosso Mandato. Mas fizemos obra e houve muita obra que fizemos.

Esta foi a Assembleia Municipal, porventura não haverá ninguém neste País que possa orgulhar-se como nós, Deputados Municipais, e dizer que aprovaram uma redução de preço da água. Corram os 308 Municípios, vejam um exemplo Nacional de algum Deputado Municipal que possa dizer com orgulho: eu aprovei, na minha Assembleia Municipal, uma redução do preço da água. Nós fizemo-lo aqui, todos nós, aqueles que quiseram votar, também houve aqueles que não quiseram votar e é bom que a gente lembre isso. Mas fomos nós, aqui, que também aprovámos: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano; o Pacto de Coesão Territorial da CIM, que permite à volta de 15 milhões de euros de investimento, 15 milhões de euros!

E é preciso esclarecer, que aquilo que agora está a ocorrer em obra e destes Fundos Comunitários que estão em desenvolvimento, não ocorrem neste momento por uma questão eleitoralista, porque estamos a três meses das Eleições. Não!

Ocorrem, precisamente, porque a situação financeira da Câmara, de sobreendividamento não nos permitia ter dinheiro para fazer obra e a obra que foi sendo feita, foi feita através de Fundos Comunitários, que só abriram agora – os avisos de candidatura, os avisos de concurso, abriram há meia dúzia de meses - e só agora, nós e todas as outras Câmara a nível Nacional.



E, portanto, não há nenhum tipo de Eleitoralismo. Há sim, um sentido de responsabilidade, um sentido de planeamento do futuro, estruturado, sustentado e sustentável.

E com quê? Vejam a recuperação do Centro Histórico.

Hoje, quem passa no Centro Histórico vê, não só, casas a serem recuperadas, como comércios a abrir e percebe que há uma estratégia de dinamização, da Câmara Municipal, para o Centro Histórico; a redução do custo do estacionamento no Silo Auto; o chamamento e a concentração de serviços no Centro da Cidade; os apoios e o planeamento que está a ser feito ao nível de três edifícios de inovação, que estão a ser construídos e que vão ser reconstruídos no Centro da Cidade, que pretendem ser o motor de inovação, de desenvolvimento e animação do Centro da Cidade. Falo do Centro da Cultura, o Teatro Municipal, com 30 anos de atraso e é preciso lembrarmos que o edifício foi comprado, há uns 10 anos atrás, está a ser pago hoje por todos nós, mas vamos recuperar o Teatro Municipal, não se justifica como é que uma Cidade como a Covilhã, há tantos anos, não tem um Teatro Municipal; não tinha um Pavilhão Desportivo, finalmente vamos ter um Pavilhão Desportivo ao serviço da População. E não me venham falar dos Pavilhões da UBI, porque não são Municipais; não me venham falar do Pavilhão da Coutada, porque provavelmente vamos ter que devolver 300 mil euros de financiamentos Comunitários, porque foram mal executados; não me venham falar dos Pavilhões das Freguesias. Eu desafio a esses, que vêm falar dos Pavilhões das Freguesias, experimentem organizar um jogo federado, ou qualquer jogo oficial, nesses Pavilhões e vejam se conseguem. E, vejam se ficam satisfeitos, a Comunidade da Covilhã, uma Cidade como a nossa, chegar ao Século XXI, com dezenas de milhões de euros de endividamento e não temos um Pavilhão Municipal. Bom, foi tratado por este Executivo Municipal e eu quero dar-lhe os parabéns. Vamos recuperar também o Centro de Inovação Social, o antigo Liceu no Jardim, para termos um *front office* de atendimento, a todos os Cidadãos da Covilhã, no âmbito social e para termos ali sediado as Associações e as Entidades que trabalham no âmbito social. Vamos ter uma incubadora urbana no edifício da antiga PSP, para apoiar e para interagir com a Universidade da Beira Interior para dar um espaço, em cooperação com o PARKURBIS e em complemento com o Parque de Ciência e Tecnologia PARKURBIS, para termos alternativas e termos hipóteses de desenvolver o empreendedorismo e as novas empresas.

Eu quero terminar dizendo que, não posso deixar de destacar também duas coisas que me parecem fundamentais: que é a questão da mobilidade, a Covilhã vai finalmente ter um plano de mobilidade suave, onde se vai complementar, também aquilo que se adequa aos nossos tempos, à modernidade, ao respeito pelo ambiente, aos novos valores, que é o sistema de *bike chaire* que vai permitir ligar os elevadores, ascensores e pontes que nós já temos, para tentarmos todos, não só ter uma melhor saúde, pedalando, mas também melhorando o meio ambiente, evitando CO2. E depois a eficiência energética, andam por aí uns boatos que a Câmara Municipal, que não tem dinheiro, paga 2,4 milhões a uma Empresa de amigos para por lâmpadas de LED!? Bom, eu não sei se isso é só irresponsabilidade, eu creio que é muita má-fé, porque essa gente tem obrigação de saber, se não sabe é ignorante e não está em condições de vir governar esta casa como se propõe, porque aquilo que aconteceu, no Plano de Racionalização Energética, que nós aqui aprovámos e que depois foi contratualizado, no âmbito do Executivo Municipal, foi um sistema que vai permitir à Câmara Municipal da Covilhã poupar substancialmente dinheiro em energia eléctrica de iluminação pública, porque os 2,4 milhões de euros são totalmente investidos pela Empresa Privada." -----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - DESPORTO CULTURA E MOVIMENTO ASSOCIATIVO

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que este tema foi consensualizado passar para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, por sugestão do Senhor Dr. João Bernardo. -----

--- A Senhora Dra. Carla Marisa (PCP): “Desporto, Cultura e Movimento Associativo são pilares fundamentais de participação, mobilização e emancipação das populações... O PCP considera que é possível, necessário e indispensável tomar medidas que visem fortalecer o movimento associativo, potenciar os meios existentes, dinamizar as associações para um trabalho em rede que permita potenciar o trabalho efectuado sobretudo no desporto e na cultura, apoiar o Movimento associativo é valorizar o espaço democrático que as populações devem exercer e apoiar o carácter formativo da comunidade.” *(doc.09)* -----

--- A Senhora Prof. Doutora Sandra Soares (PSD): “... Queremos recordar o papel importante que, ao longo dos anos, o movimento associativo e cooperativo, tem vindo a desempenhar no nosso Concelho, nos domínios da cultura e do desporto, a nível social, económico e, até, laboral...” *(doc.10)*

--- O Senhor Dr. João Bernardo (MAC): “Falar de Associativismo, e falar de Associativismo na Covilhã, é quase um exercício de retórica, porque o Associativismo e as pessoas que aqui estão sabem que no Associativismo, vive-se, participa-se, colabora-se e sobretudo respeita-se e agradece-se. E, é isso que eu tenho para dizer aos Dirigentes Associativos e às Associações deste Concelho é um obrigado, um grande obrigado...” *(doc.11)* -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira (PS): “A nossa Cidade possui um notável potencial do ponto de vista cultural, desportivo e associativo... a Bancada do Partido Socialista tem muito orgulho no trabalho realizado por este Executivo, tendo em conta as dificuldades que encontrou e aquilo que foi alcançado, em conjunto, sem subserviências, sem discriminação, sem por ninguém de castigo. Mais do que falar é importante trazer aqui questões concretas.” *(doc.12)* -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão propôs um Voto de Louvor e Reconhecimento ao Trabalho Meritório desenvolvido pelas Associações e todo o Movimento Associativo do nosso Concelho, nomeadamente nos Campos Social, Cultural, Desportivo, Recreativo e Desenvolvimento Económico.

- Senhor Eng.º João Nuno Serra. “Relativamente ao Voto de Louvor, obviamente que eu acho que não está ninguém nesta sala que ponha em causa que o Voto de Louvor – é aprovado por unanimidade.

O problema não é fazermos Votos de Louvor e termos aqui discursos cor-de-rosa.

É que estas pessoas que estão ali, que representam Associações e Colectividades, esperam é cheques de louvor e é aí que o ponto bate.

Há pouco, via ali o Senhor Presidente do Sporting da Covilhã que se queixava, há dias, que neste Mandato ainda não recebeu um euro desta Câmara. Provavelmente isso acontece com todas as Colectividades?!

E, vamos lá ver uma coisa, todos nós sabemos que a Covilhã está muito endividada e todos temos que ter essa compreensão, mas há aqui prioridades. E já vimos, nos discursos hoje aqui elencados, que a prioridade do meio associativo, do meio das colectividades é fundamental para o desenvolvimento desta Região. Então se é prioridade, que se dê e que se canalize meios financeiros e meios materiais para que esta prioridade seja uma realidade. Não é depois virmos aqui, no final de um Mandato, propor Votos de Louvor, porque nos fica bem e os Senhores vão daqui agradados, hoje, com votos de louvor.

Podem ter a garantia que o PSD vota esse voto de louvor favoravelmente, melhor fora que não o fizesse. Agora, aquilo que nós gostávamos, era de estar no Poder para vos dar cheques de louvor e não só votos de louvor. Obrigado!" -----

- Senhor Dr. João Bernardo: "o Voto de Louvor é daquelas situações que nem sempre justificam os meios, mas o fim é bom em si próprio e obviamente que também terá a nossa concordância. Aliás, também, pelas minhas palavras, pelo reconhecimento e pelo agradecimento ao trabalho dos Dirigentes Associativos e às Associações. Não posso deixar de concordar com as coisas que já aqui foram ditas e, de facto, não basta louvar o trabalho das Entidades e ignorar as necessidades das mesmas, quando elas precisam. Já no início eu disse que, se calhar, cada um teria que meter a mão na consciência e fazer aquilo que pode fazer, efectivamente, em vez de chegar e depois propor Votos de Louvor, que são fáceis de aprovar.

Permito-me também aqui realçar, em termos do Movimento Associativo, o trabalho social feito pelas Associações, de cariz Social e de apoio social, pelo enorme trabalho social que têm feito de apoio às Populações e aos Cidadãos deste Concelho, onde necessariamente, e venha quem vier, digam-me quando é que a Câmara substitui essas Associações, porque não substitui. É preciso reconhecer, o seu a seu dono. O meu louvor também para eles e a todas as Associações." -----

- Senhor Prof. Reis Silva: "A Bancada do Partido Comunista Português apoiamos, como é evidente iremos votar favoravelmente, esta proposta de Voto de Louvor, mas não era pressuposto chegar a este ponto, não é? Tínhamos acordado que era a reflexão sobre a temática, a reflexão sobre o Movimento Associativo, o Desporto e Cultura no nosso Concelho. Mas pronto, uns fazem a reflexão, outros fizeram mais a crítica e outros fizeram mais a propaganda.

Dizer que os Dirigentes Desportivos merecem este Voto de Louvor, até porque são eles que com o trabalho nas suas Colectividades se substituem, se substituem ao dever da Administração Central na promoção da Cultura e do Desporto, ao dever das Autarquias na promoção da Cultura e do Desporto. Porque esta Câmara, infelizmente, não tem tido uma política cultural e desportiva, nem tem dinamizado acções nesse sentido, em parceria com as Colectividades, é verdade. E temos que ter em conta a sua existência, porque aquilo que se verifica e aquilo que verificamos é que existem muitos protocolos, mas também é verdade que nem sempre o dinheiro corre na medida em que são definidos os protocolos.

Só com muito esforço dos Dirigentes, voluntários, que merecem da Administração Central uma outra atenção, tomando medidas no sentido do desempenho das suas funções. E, essa atenção, não tem sido levada a efeito pela Administração Central. E da Administração Local, porque também verdade se diga as Câmaras Municipais, hoje, substituem-se muito aos deveres que competem à própria Administração Central. Portanto, dizer que iremos votar favoravelmente, valorizando o trabalho dos Dirigentes Associativos, o seu trabalho voluntário e a sua disponibilidade diária.” -----

--- Colocado à votação o *Voto de Louvor e Reconhecimento ao Trabalho Meritório desenvolvido pelas Associações e todo o Movimento Associativo do nosso Concelho, nomeadamente nos Campos Social, Cultural, Desportivo, Recreativo e Desenvolvimento Económico* foi o mesmo *aprovado por unanimidade*. -----

## 2.2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

---Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria.-----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que leu com atenção a Informação Escrita, do Senhor Presidente da Câmara, que é o somatório das deliberações da Câmara.

Protocolos com Associações, Colectividades e Instituições, são vários e diversos. Pensa que não faz sentido a Câmara estar, neste momento, a assumir responsabilidades e compromissos para o próximo Mandato, que outra Câmara, com outra composição irá pagar. Chamou, mais uma vez, a atenção para que, os compromissos deste nível devem pagos por quem os assume e alertou, também, para o cumprimento da Lei dos Compromissos;

O lançamento de uma obra, de recuperação do Teatro Municipal;

Incêndios ausência de informação - quanto a esta temática disse que fez algumas consultas e verificou que através da Lei n.º 20/2009, de 12 de Maio – Lei que estabelece a transferência de atribuições, para os Municípios, na prevenção e Defesa da Floresta – que os Planos que estão na página da Câmara são os da Defesa da Floresta e o da Protecção Civil e perguntou se estes Planos não carecem de revisões;

O Plano Operacional Municipal deveria ter sido revisto em Abril de 2017, porque estes Planos têm revisão anual, perguntou se este plano foi revisto;

Referiu que se as Comissões Municipais de Defesa da Floresta e de Protecção Civil têm reunido, esses planos devem ter sido revistos, mas eles não estão publicados na página da Câmara. Perguntou que acções de prevenção foram desenvolvidas no Concelho da Covilhã, na execução do Plano Municipal, porque as imagens de destruição e de terror e as vítimas, os levam à reflexão sobre as prioridades no território Concelhio; se o Plano Municipal não prevê a limpeza de valetas e de taludes e se as prevê porque não são executadas. -----



--- O Senhor Eng.º João Nuno Serra colocou questões sobre a iluminação pública e apresentou um Requerimento a pedir esclarecimentos sobre a eficiência energética e ajustes directos. **(doc.13)** ----

--- O Senhor Dr. João Bernardo lembrou ao Senhor Presidente da Mesa a Recomendação, que já foi feita ao Senhor Presidente da Câmara, para cumprir a Lei e dizer quais é que são os processos judiciais em que o Município da Covilhã está envolvido. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão perguntou se tem, ou não, sido feita a limpeza das bermas e solicitou que fosse explicada a questão da transferência da gestão do Pavilhão do INATEL para a Câmara e para quando a sua disponibilidade aos Covilhanenses. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou e respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- Felicitou, pela reeleição, o Senhor Reitor da Universidade da Beira Interior e a toda a Equipa Reitoral, desejando-lhes um óptimo trabalho, em prol da Covilhã e da Região;
- Felicitou os Bombeiros Voluntários da Covilhã, por mais um aniversário;
- Felicitou o Coro Misto da Associação Cultural da Beira Interior, pelas quatro Medalhas, duas de Ouro e duas de Prata, que recebeu na Polónia num concurso Internacional;
- Este foi um mês particularmente importante, para a Covilhã: Vinda do Senhor Primeiro-Ministro; Campeonato Mundial de Pesca à Pluma; Campeonato Nacional de Futsal; Torneio Diamantino Costa; Feira de Desporto; Comemoração do Dia do INATEL; Marchas Populares; estão a decorrer os *Special Olympics*;
- Tragédia em Pedrógão Grande, que a todos preocupa e deve ser tratada com grande seriedade, com o respeito, urgência e que exige um esforço de todos;
- Quando chegaram à Câmara não havia Plano de Defesa da Floresta, não havia Plano de Combate a Incêndios, não havia Regulamentos e agora existem;
- Os Senhores Presidentes de Junta estão a envidar todos os esforços para que os terrenos, telhados, bermas e taludes sejam limpos;
- Estão a ser feitas acções de sensibilização para a Defesa da Floresta contra Incêndios, pelo Senhor Eng.º Pedro Mingote, junto dos Alunos nas Escolas;
- Segurança – para além dos limpa neves, que são mobilizados sempre que há incêndios, os Bombeiros vão adquirir uma viatura de combate a incêndios, que vai ser também comparticipada, na componente Nacional, pela Câmara Municipal. Era desejável que tivéssemos uma máquina de rastos e estão a fazer todo o esforço para adquirir uma. Assim como fizeram esforços para adquirir veículos e máquinas para alcatroar e reparar as vias degradadas;
- Comunga das preocupações do Senhor Presidente da Junta do Tortosendo, relativamente ao Centro de Convívio de Apoio à 3.ª Idade, e tem procurado sensibilizar quem tem poder decisório neste domínio;
- Desde o dia 27 de Abril de 2017 que está feito o registo, na Conservatória do Registo Comercial, da dissolução da Sociedade POLIS;
- 85% de execução Orçamental, não foram atingidos, porque encontraram uma dívida acumulada, colossal e porque têm que inscrever no Orçamento as que candidatam a Fundos Comunitários.

Há sempre um ligeiro empolamento para acautelar aquilo que é necessário investir. Conseguiram atingir os 80%, que foi um feito notável, estão a ter este grau de execução e ao mesmo tempo a amortizar, brutalmente a dívida. “Neste momento, em termos de autonomia financeira, já estamos só dependentes e apenas de nós próprios. Já estamos acima da linha de água”;

Disse que na presente data, porque demonstraram uma trajectória de recuperação da dívida, conseguiram convencer os Responsáveis do Fundo de Apoio Municipal e por isso lhes suspenderam a obrigatoriedade de adesão à implementação de medidas restritivas.

“Repito e não é demais repeti-lo, teria sido muito mais fácil para nós e era politicamente mais cómodo, termos cá chegado, e pedirmos a imediata intervenção da tróica na Covilhã. Era muito mais fácil, mas teria desde logo um inconveniente, é que disparavam todas as taxas, todas as licenças, o IMI, a DERRAMA, tudo ia para o máximo, em prejuízo dos nossos Concidadãos, das nossas Empresas, dos nossos trabalhadores, enfim, de todos nós. Preferimos assumir o ónus de andarmos a contar tostões, durante quatro anos, a estarmos dependentes de para pregar um prego pedir autorização a Lisboa, todos os dias ou todas as semanas. Foi a via mais difícil, foi o caminho das pedras, mas esse caminho das pedras nós fizemo-lo e com sucesso.

A Covilhã recuperou a sua independência, porque até aqui não eramos financeira e economicamente independentes. Recuperámos a nossa independência! É bom que isto fique aqui sublinhado. E ainda poderíamos estar melhor, caso não nos tivessem caído em cima os 15,5 milhões de euros, que nos caíram em 2015, nós chegávamos ao final deste ano abaixo daquilo que a Lei estipula no mínimo, que é uma vez e meia da receita dos últimos três anos, mas vamos ficar perto, ligeiramente acima desse valor, mesmo com essa infelicidade.” -----

- O Senhor Prof. Reis Silva saudou a iniciativa dos *Special Olympics*, mas lamentou o facto de a Câmara Municipal não ter tido o *engenho e a arte* de contribuir para a mobilidade das pessoas com deficiência;

Quanto à execução Orçamental, referiu que na sua maioria, foi executar os compromissos assumidos em anos anteriores;

Quanto aos incêndios questionou que medidas, que trabalhos de prevenção foram feitos e executados no Concelho para prevenir. -----

- O Senhor Eng.º João Nuno Serra recordou a sua questão sobre eficiência energética. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou:

O Senhor Deputado Vítor Reis Silva – far-nos-á justiça de que nunca o Concelho da Covilhã esteve tão bem limpo, em termos de desmatamento de bermas e de taludes. Não obstante os factores, quer de natureza meteorológica, quer de outra índole, nos serem adversos.

Temos tido a prestimosa e activa colaboração, cooperação e contratualização, nalguns casos, de Sapadores Florestais, estou a falar de baldios, de equipas que trabalham nos Baldios e que connosco têm trabalhado, quer nos baldios a que pertencem, quer na limpeza de muitas estradas, muitos taludes, muitas valetas, ao longo do nosso Concelho. Temos efectivamente um Plano, temos um corpo de Bombeiros altamente qualificado. Já agora lembrar, também, que esta Câmara Municipal conseguiu pela primeira vez, no nosso Concelho, uma equipa de intervenção permanente, que custa

dinheiro, mas é uma equipa de profissionais que estão sempre em prontidão, no Quartel de Bombeiros.

O Senhor Deputado Nuno Serra – eficiência energética, em primeiro lugar é rigorosamente falso que a Câmara Municipal da Covilhã tenha contratualizado, ou seja, tenha feito chegar 2,4 milhões de euros a qualquer Empresa para a contratação de iluminação LED. É redondamente falso!

O que se obtém com este contrato (sim senhor, um contrato no valor de 2,4 milhões de euros) é poupança, é poupar nesse montante.

Neste momento, a Câmara Municipal da Covilhã despende cerca de 1,9 milhões de euros, por ano, para pagar energia eléctrica com iluminação, quase 2 milhões de euros. O que vai acontecer, progressivamente, ao longo dos anos é uma poupança de 70%, daqui por 10 anos, nós estamos a pagar menos 70% de energia, do que estamos a pagar neste momento. Portanto, está aqui o negócio ruinoso, o mau negócio para a Covilhã é este: daqui por 10 anos estamos a pagar menos 70% de energia do que estamos a pagar neste momento.

Esta Empresa, não só substitui as obsoletas, caras e inimigas do ambiente, lâmpadas que temos, como coloca outras que iluminam com a mesma intensidade e ao mesmo tempo são amigas do ambiente e consomem muito menos energia. E com uma particularidade, esta Empresa, ao longo destes 10 anos, substitui todas as estruturas, todas as lâmpadas que se forem avariando. E outra coisa - vamos ter um sistema de iluminação inteligente na Covilhã, a luminosidade será sempre adaptada às condições de luminosidade natural.

O concurso do Jardim, não tem nada a ver com esse contrato, é uma intervenção à parte, é uma intervenção cirúrgica, como podemos ir a fazer noutra sítio qualquer onde seja conveniente.

Oh Senhor Deputado eu não sou especialista em LED's, nem em iluminação pública, nem em questões energéticas e confio nos competentes Serviços que temos na Câmara Municipal da Covilhã. Acredito na seriedade dos nossos Técnicos, acredito na sua competência técnica e acredito que eles terão feito as melhores contas, para que os interesses do Município e dos Covilhanenses fossem salvaguardados. Foram cumpridas todas as regras do CCP e a avaliação é feita por quem sabe, por quem é técnico e não por mim, tudo é transparente, tudo é claro, se necessário for faremos aqui chegar os contratos, vêem tudo, porque como diz o Povo quem não deve não teme.

O Senhor Dr. João Bernardo – Encerramento da cirurgia no Centro Hospitalar da Cova da Beira, a sua preocupação é a preocupação de todos nós. O Conselho de Administração do Centro Hospitalar e a sua Equipa estão a acompanhar essa matéria, estão preocupados e querem que tudo decorra com normalidade, tal como todos nós. -----

### **2.3 -1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DO INVESTIMENTO E PLANO DAS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3324 de 2017.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Dr. João Bernardo referiu que constata que em matéria orçamental se está a fazer o que se fez nos anos anteriores, que não se aprendeu nada e que se continua com as alterações e revisões, em coisas óbvias. “Porque é que só agora descobriram que as refeições escolares têm que ser reforçadas? Isto todos os anos acontece e revela uma inoperância e um amadorismo, em termos orçamentais, que é preocupante. E, nessa medida, obviamente não pode contar com o meu voto favorável” e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que dá instruções aos Serviços para que tudo decorra dentro da normalidade, mas que há circunstâncias que não se podem prever pelo que é necessário fazer alterações. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual do Investimento e Plano das Actividades mais Relevantes** foi a mesma **aprovada por maioria com 29 votos a favor (PS e IND), 2 votos contra (MAC) e 7 abstenções (PSD e PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo pediu para que a intervenção, que fez, fosse considerada como declaração de voto; -----

- Senhor Prof. Reis Silva: “Parece-nos que à Câmara bastava-lhe trazer, a esta Assembleia Municipal, a questão da inclusão do saldo do ano anterior no Orçamento. A questão das alterações poderia fazê-la, internamente, a nível de Reunião de Câmara. Nós votámos contra o Plano de Actividades e Orçamento, como é evidente. Concordando que é necessário, muitas vezes, fazer esse tipo de alterações, mas discordando, no essencial, das prioridades e da Revisão como ela foi feita - há rubricas importantes de onde sai o dinheiro para o reforço de outras - abstinemo-nos”; -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Quero, em nome da Bancada do Partido Socialista, justificar o voto favorável no sentido em que esta revisão orçamental decorre, grosso modo, de uma questão burocrática administrativa contabilística. E, lembrar que vão longe os tempos em que, em cada ano, chegávamos às dezenas de alterações e revisões orçamentais. Portanto, eu quero justificar este voto favorável, precisamente, com o facto de isto decorrer de uma gestão normal e contabilística, daquilo que é o Orçamento da Câmara Municipal.” -----



**2.4 – RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, através do ofício n.º 3514 de 2017.06.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Dr. João Bernardo referiu “a falta total de transparência, mais uma vez se insiste no mesmo, não existem Contas das Participadas. A falta de transparência é evidente e não nos permite, sequer, ter uma noção lógica destas contas. Para além disso e porque reiteradamente temos vindo a pedir e reiteradamente tem vindo a ser omitido, pelo Senhor Presidente da Câmara, as informações sobre os Órgãos Sociais e sobre os titulares dos Órgãos Sociais nas Empresas Participadas onde, ao nível dos currículos, das nomeações e do cumprimento legal das obrigações que estão a ser feitas, nomeadamente na PARKURBIS, se suscitam algumas dúvidas sobre a legalidade da nomeação de uma Administração, que custa cerca de 70 mil euros/ ano ao Município e à PARKURBIS. Não posso deixar de dizer que existe aqui uma série de correcções, de rectificações e de anulações entre Empresas Municipais que, claramente, não nos permitem votar favoravelmente estas contas consolidadas”; Dr. Marco Gabriel apelou para que a Câmara faça cumprir a Lei perante as suas Participadas (**doc.14**); Eng.º João Nuno Serra disse que o PSD votará contra, por considerar que os documentos não são apresentados de forma transparente e que são uma clara violação à Lei (**doc.15**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não estão a tratar, isoladamente, a Empresa A ou B e a Câmara, mas sim a analisar o conjunto de todas as Empresas com a Câmara. E, que é isso que a Lei obriga. Não há nada escondido, tudo é fiscalizado pelo Tribunal de Contas. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório de Gestão das Contas Consolidadas de 2016** foi a mesma **aprovada por maioria com 26 votos a favor (PS e IND) e 8 votos contra (MAC, PSD e PCP). Os Senhores Dr. Pina Simão, Eng.º José Miguel Oliveira, Eng.º Hélio Fazendeiro e Dr. David Silva não votaram por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor Dr. João Bernardo: “A única coisa que quero reproduzir é que o meu poder de síntese confunde as pessoas, porque aquilo que eu disse foi exactamente aquilo que os outros disseram, mas tudo bem. Mas a falta de trabalho é realmente uma coisa extraordinária.” -----

- Senhor Arq.º João Quelhas Gaspar (**doc.16**). -----

**2.5 – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE INDUSTRIAS, EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS E OUTRAS ACTIVIDADES – DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 05/11 – PEDIDO DE DELIBERAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – PROCESSO N.º 97/96 – SOCIEDADE AGRÍCOLA RIO VELHO, LDA.**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3329 de 2017.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Foi reconhecido de Interesse Público Municipal, com base na informação técnica, para efeitos de enquadramento no Regime Extraordinário de Regularização de Indústrias, Explorações Pecuárias e outras Actividades, o processo administrativo N.º 97/96 – Sociedade Agrícola Rio Velho, Lda. foi a mesma aprovada maioria com 33 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 5 abstenções (PCP e os Senhores Dr. João Bernardo e Rui Amaro – Peso e Vales do Rio).* -----

**2.6 -DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO SITO NA RUA DIREITA E RUA DO ISQUEIRO, CASEGAS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASEGAS E OURONDO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3328 de 2017.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Desafecção do domínio privado para o domínio público municipal de parcela de terreno sito na Rua Direita e Rua do Isqueiro, Casegas, da União de Freguesias de Casegas e Ourondo foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----

**2.7 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO SITO NA AVENIDA 2 DE NOVEMBRO, FREGUESIA DE DOMINGUIÇO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3327 de 2017.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à discussão foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva e disse que discordam das desafecções do domínio privado para o domínio público, por isso vão votar contra. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Desafecção do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno sito na Avenida 2 de Novembro, Freguesia de Dominguiço* foi a mesma *aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 4 votos contra (PCP)*. -----

**2.8 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 29M<sup>2</sup>, SITA NA TRAVESSA DAS MOITINHAS, TEIXOSO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3518 de 2017.06.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à discussão foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva e disse que discordam das desafecções do domínio privado para o domínio público, por isso vão votar contra. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Desafecção do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno com a área de 29m<sup>2</sup>, sita na Travessa das Moitinhas, Teixoso* foi a mesma *aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, MAC, PSD e Independentes) e 4 votos contra (PCP)*. -----

## 2.9 - ADESÃO À ADIRAM – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NA REDE DE ALDEIAS DE MONTANHA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea n), in fine, do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através do ofício n.º 3326 de 2017.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Adesão à ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado na Rede de Aldeias de Montanha*** foi a mesma ***aprovada unanimidade***. -----

## 2.10 - ADESÃO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO – ESTATUTOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea n), in fine, do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através do ofício n.º 3325 de 2017.06.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago – Estatutos*** foi a mesma ***aprovada unanimidade***. -----

## 2.11 - ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de Junho de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea n), in fine, do n.º 1 e alínea k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, através do ofício n.º 3513 de 2017.06.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: Senhor Prof. Reis Silva referiu que vão votar contra, porque consideram que esta adesão não se justifica e não lhe vêem sentido de utilidade quando existe a ANMP; Senhor Dr. João Bernardo referiu que vão votar contra, porque consideram que não faz sentido esta adesão; Senhor Eng.º João Nuno Serra disse que subscreve o que foi dito pelo Senhor Prof. Reis Silva e também vão votar contra; Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro referiu que concordam com a adesão e vão votar favoravelmente. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão à ANAM – Associação Nacional das Assembleia Municipais** foi a mesma **aprovada maioria com 16 votos a favor (PS e Independentes) e 10 votos contra (MAC, PSD, PCP e os Senhores: Prof. Doutor João Correia e Rui Amaro – Peso e Vales do Rio)**. -----

## 2.12 -RELATÓRIO SEMESTRAL - PROVEDORA DO MUNÍCIPE

---Foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do estipulado na alínea d), do artigo 10.º, do Regulamento do Provedor do Município, através do ofício Prov. 85/17, de 02 de Maio de 2017. -----

--- Usou da palavra a Senhora Dra. Elisa Pinheiro, Provedora do Município, para tecer umas breves considerações sobre o Relatório e clarificar umas frases, constantes na página 9.

De seguida, destacou os aspectos que lhe parecem de ordem fundamental, no desempenho do cargo, tais como: o de garantir a defesa e prossecução dos direitos e os interesses particulares, perante os Órgãos Municipais; encontrar soluções individuais, de acordo com as questões que lhe foram colocadas pelos Municípios e incentivar o desenvolvimento das boas práticas administrativas.

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro agradeceu à Senhora Provedora, em nome da Bancada do Partido Socialista, todo o trabalho desenvolvido, com grande galhardia e dedicação e também o facto de ter assumido voluntária e graciosamente esta missão.

“Não sei se será oportuno, neste ponto, fazer aqui um Voto de Louvor ao trabalho que a Senhora Doutora desenvolveu, mas acho que é justo e que toda a Assembleia lhe estará reconhecida pelo trabalho que desenvolveu, porque engrandeceu não só a Covilhã, não só os Órgãos da Covilhã e esteve ao serviço dos nossos Eleitores. Era esta homenagem e esta palavra de gratidão que lhe queria deixar em nome da Bancada do Partido Socialista.” -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “Só dizer e repeti-lo, sempre o fizemos, nós consideramos que, de facto, não pomos em causa, claro, a Doutora, mas a existência do próprio lugar.



O trabalho realizado pela Senhora Provedora só existe, porque os Serviços do Município funcionam mal, ou não têm funcionado muito bem. Aliás, o próprio Relatório indicia que essas situações existem, quer pelo número de situações colocadas, quer até pelo último parágrafo que indicia que nem sempre tem existido a melhor colaboração ou, pelo menos, quando refere que é necessário o reforço dessa colaboração e ajuda dos diferentes Órgãos, está a dar-nos a indicação de que em alguns casos isso não acontece.

Salientava aqui que, Provedores somos nós todos. São os Eleitos e é junto dos Eleitos que o Cidadão também se deve dirigir, para que nos Órgãos próprios se coloquem as questões.

Mas queria salientar uma coisa, ao Senhor Presidente da Câmara, principalmente, e aos Serviços: é doloroso a quem requer, a quem se queixa que, a própria Câmara e os Serviços Municipais, não dêem resposta no prazo mínimo a que são obrigados por Lei. Isto deve ser uma exigência diária, uma preocupação diária, dos Eleitos, de exigência junto dos Serviços para que respeitem a Lei, nomeadamente os prazos que salvagam, de certa forma, o próprio Cidadão que tem direito à informação, a própria Lei o indica e sublinha o prazo dos 15 dias. É lamentável que isso não aconteça, pelo menos nos 15 dias dar a informação ao Requerente do andamento do processo ou do estado em que se encontra o próprio processo.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Agradeço à Senhora Provedora, não só o trabalho, mas a paciência de acompanhar estes trâmites e estes processos.

Agradeço-lhe sobretudo o vivenciar do calvário que passa o comum dos Cidadãos, neste Concelho, de facto o que referiu de não saber a quem é que se dirige e mandar as coisas e depois não ter resposta, é de facto um calvário que todos os Cidadãos têm, por isso agradeço-lhe também a sagacidade de ter procurado uma resolução e ter-se inteirado.

De registar que não há uma evolução positiva nestes Relatórios e, esse, se calhar, é o grande drama. A triste conclusão a que chegamos, é que continuamos a ter o mesmo tipo de queixas e o mesmo tipo de reacções por parte da Câmara.

Dou os parabéns a quem instituiu, também votámos favoravelmente, a constituição do Provedor acho que são estes mecanismos que permitem efectivamente aferir e verificar o bom funcionamento, ou não, das Instituições, nomeadamente do Município.

Infelizmente, no caso da Covilhã, temos que verificar que as coisas são uma linha recta e não há oscilações, ou seja as coisas mantem-se e a conclusão que tiramos é que a Câmara não tira ensinamentos dos Relatórios que a Senhora Provedora faz e muito bem.” -----

--- O Senhor Eng.º Nuno Serra: “Apenas para dizer que um Relatório destes e a intervenção da Senhora Provedora merece, pelo menos, uma palavra de consideração e é essa palavra de consideração que eu lhe quero deixar aqui, em nome da Bancada do PSD, a sua competência, a forma e a dedicação que tem dado a esta causa da Provedoria, é inquestionável e estamos consigo, nesta matéria. Entendemos que a Provedoria tem desempenhado um papel que eu acho que vai ser mais útil no futuro, do que propriamente no presente. Digo isto, porque entendo a Provedoria mais como um radar de monitorização daquilo que são as entradas efectivas de queixas e reclamações que precisam de ter seguimento e a Câmara tem que necessariamente adequar os seus Departamentos, a sua estrutura para dar resposta e para resolver o problema dos dias que passam, dos incumprimentos de prazos, em relação às respostas que legalmente a Câmara está obrigada.

Em suma, esta sua monitorização é muito útil e por isso bem-haja.” -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira: “Eu ouvi atentamente aquilo que foram as intervenções das Bancadas que me antecederam e reconheço alguma injustiça, ou eventualmente uma leitura enviusada, se calhar fruto do tempo em que vivemos, pré eleitoral, uma vez que analisando o Relatório da Senhora Provedora verificamos que por ausência de resposta por parte dos Órgãos temos 4 situações, o que dá uma taxa de resposta de 88%. Eu sei que todos nós gostaríamos de atingir os 100% e estou certo que o Executivo da Câmara Municipal também tem esse objectivo de atingir os 100% de respostas aos nossos Concidãos. Mas a verdade é que olhando para o Relatório e nas 33 situações apresentadas, aparecerem apenas 4 de ausência de resposta, indicia-nos que os Serviços têm uma taxa de sucesso de 88%.

Concordo com o Deputado Nuno Serra, que este Serviço da Provedoria vai intensificar o seu trabalho e dar cada vez mais frutos no futuro. Agora, a verdade seja dita só houve apenas um Executivo, a nível do Município, que teve a coragem de implementar uma medida destas, medida esta que controla e escrutina as suas acções, não menorizando o papel dos Elementos da Assembleia Municipal e dos Senhores Vereadores, mas sim somando mais um elemento de apoio ao Município e de defesa dos interesses dos Municípes. E esse Executivo foi o do Partido Socialista, liderado pelo Doutor Vítor Pereira.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que está na Mesa a proposta oral do Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro no sentido de ser aprovado um Voto de Louvor pelo trabalho desempenhado pela Senhora Provedora. -----

--- Colocado o **Voto de Louvor, pelo trabalho desempenhado pela Senhora Provedora**, à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Foi interveniente o Senhor Sandro Noélio dos Santos Calado Martins Gaio - Presidente do CCD GD Amigos do Bairro Municipal:

*"Agradeço a oportunidade que me é concedida, mas, por ser a primeira vez que assisto a uma sessão de Assembleia Municipal, desconhecia o seu Regimento Interno, daí não me ter, antecipadamente, inscrito. Vou ser breve.*

*O meu nome é Sandro Gaio e estou aqui devido ao convite que me foi endereçado na qualidade de Presidente de Direção de uma coletividade.*

*Começo por falar enquanto Município, para dar os parabéns a todos os intervenientes, sem exceção, pelo empenho e fervor com que intervieram, pois que, assim mais facilmente se percebe quem é quem e ao que vem, uns com estilo mais positivo/construtivo, outros com um estilo mais negativo/destrutivo, roçando aqui e ali a maledicência, mas para o comum Município, no ato eleitoral que se aproxima, fica mais fácil separar o 'trigo do joio'.*

*Tomando como referência o ponto de partida do mandato deste Executivo, é intelectualmente desonesto não reconhecer o trabalho realizado pelo mesmo. Ainda há muitos problemas identificados e por resolver, contudo quando as pessoas eleitas para se sentarem nessas cadeiras identificam problemas sem apresentar soluções, então, a meu ver, passam a fazer parte do problema. É usual dizer que é em ano de eleições que se devem fazer os 'pedidos'. No meu entender (porque não li em lado algum que nos dois ou três primeiros anos de mandato os executivos devem 'fazer obra' e no último ano, para não parecer mal, nada deve ser feito) uma obra, um evento organizado no primeiro dia de mandato tem tanta pertinência quando feito no último dia de mandato, desde que a comunidade a que se destina dele beneficie.*

*Enquanto Presidente da Direção do Centro Cultural e Desportivo 'Grupo Desportivo Amigos do Bairro Municipal' considero que seria deselegante ir-me embora sem agradecer com umas palavras o convite que nos foi endereçado. Agradecer a quem teve a ideia, a quem lhe deu cobertura e a quem a concretizou. Quero agradecer o apoio sob a forma de verba que a edilidade covilhanense nos concede, assim como, o apoio logístico, seja com a disponibilização de recursos humanos ou de equipamentos municipais. Apoios sem os quais a nossa atividade não seria possível de acontecer, na forma como acontece. Para quem não conhece a nossa coletividade, conta já com 24 anos de existência, perfazendo em dezembro do corrente 25 anos de atividade. A nossa aposta tem duas vertentes principais: a desportiva, no atletismo, com a organização, desde os seus primórdios, de duas provas - o Corta-Mato Sete Fontes (até há alguns anos, a única prova de corta-mato do nosso Concelho) e a prova de estrada. Não damos prémios monetários, mas no final de cada prova é oferecido um almoço que todos agradecem e elogiam. Aliás, o número de participantes em cada prova dá boa conta da aceitação e do reconhecimento da qualidade do nosso trabalho. Na sua vertente recreativa e cultural, temos vindo a organizar, intermitentemente, bailes por altura dos Santos Populares, nos quais é permitido o são convívio e folia, de que todos precisamos para esquecer os problemas do quotidiano.*

*Gostaríamos de concretizar projetos, já pensados, na vertente social e solidária mas constrangimentos que se prendem com a ausência de uma Sede Social, formalmente entendida como tal, não nos permitem ir mais além. Como nos encontramos em época de boa sardinha, quero puxar a brasa à minha, na esperança de que as diligências que encetámos com o Executivo, na pessoa do Sr. Vereador Jorge Torrão, no início do mandato dos nossos órgãos sociais, permitam que as bodas de Prata sejam comemoradas numa Sede Social, formalmente entendida como tal, que, volto a repetir, não possuímos atualmente.*

*Termino, colocando ao dispor de todos, apesar dos nossos poucos recursos financeiros, a boa vontade dos nossos recursos humanos para iniciativas que beneficiem as gentes do nosso Concelho.*  
Bem-haja" -----



**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,



(200.01)

Assembleia Municipal da Covilhã  
Gabinete do Presidente

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

### VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ, REUNIDA A 30/06/2017, DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:

1. APROVAR UM VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE PARA COM AS COMUNIDADES LOCAIS, DOS 7 CONCELHOS (**Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra, Góis, Penela e Sertão**), QUE SOFRERAM OS EFEITOS NEFASTOS DA TERRÍVEL TRAGÉDIA PROVOCADA PELOS INCÊNDIOS QUE ASSOLARAM ESTES TERRITÓRIOS, NA FATÍDICA SEMANA DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017;
2. LAMENTAR AS VIDAS PERDIDAS E APRESENTAR OS MAIS PROFUNDOS PÊSAMES, ÀS FAMÍLIAS ENLUTADAS;
3. ENALTECER O TRABALHO DOS BOMBEIROS E DEMAIS PESSOAS/ INSTITUIÇÕES QUE COMBATERAM OS INCÊNDIOS E AUXILIARAM AS POPULAÇÕES AFETADAS;
4. MANIFESTAR O MAIS PROFUNDO APREÇO E RECONHECIMENTO PELA SOLIDARIEDADE E EMPENHAMENTO DE TODAS AS PESSOAS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, NA MOBILIZAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS DESTINADOS AO APOIO ÀS POPULAÇÕES ABALADAS, À RECONSTRUÇÃO DAS CASAS E INFRAESTRUTURAS DESTRUÍDAS E À REPOSIÇÃO DAS CULTURAS E ECOSISTEMAS DANIFICADOS;
5. ENDEREÇAR O PRESENTE VOTO E TODA A SOLIDARIEDADE AOS PRESIDENTES DE CÂMARA E ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS DOS RESPECTIVOS CONCELHOS.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ, 30/06/2017**

**Pelos Deputados Municipais, inclusive Presidentes de Freguesia, o Presidente da Assembleia Municipal em exercício,**

José Armando Serra dos Reis



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 30.06.2017

( doc. 02 )

AX  
✓

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Exmo(s). Senhores Vereadores,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os acontecimentos da última semana, independentemente de medidas de emergência de reparação, socorro e prevenção para os próximos meses, ao contrário de reclamarem pressa e precipitação em decisões avulso e medidas para responder ao clamor popular, exigem em primeiro lugar a identificação das causas fundas que nos trouxeram até esta dramática situação.

Não apenas do que é óbvio e não pode ser negado – a ausência de ordenamento do território, com faixas contínuas de eucalipto e pinheiro que só revelam incúria e irresponsabilidade; a falta de limpeza das matas, ainda que não se possa dizer que tudo o que ardeu não estava limpo; o abandono do mundo rural; os atrasos nos investimentos públicos; a ausência de prevenção; a ausência de fiscalização; as dificuldades nos meios de combate.

As causas fundas têm de ser encontradas nas opções da política de direita ao serviço dos interesses do capital, de enfeudamento aos



ditames da UE, com as suas regras, as suas limitações, os seus constrangimentos.

Opções da política de direita expressas na obsessão pelo défice; no ataque às funções sociais do Estado; nos cortes na despesa pública; na fragilização e desmantelamento da Administração Pública e desvalorização dos seus trabalhadores, que induziram as vulnerabilidades estruturais do País, nos planos alimentar, energético, de ordenamento, de serviços públicos.

Foi por causa dessas opções que temos hoje o ordenamento que temos, o abandono da produção e do mundo rural, e o despovoamento.

É ao serviço dessas opções que estão as promiscuidades entre os interesses económicos e o poder político.

É em função dessas opções que se deu o desmantelamento das estruturas do Estado, seja no Ministério da Agricultura, seja na Administração Interna.

Ora sem a ruptura com esse rumo, prosseguindo os mesmos caminhos, vamos dar aos mesmos resultados.

O problema não é de consensos, porque disso está a floresta cheia, quase sempre forjados na urgência de dar respostas às vozes do povo que reclamavam medidas, como agora voltam a reclamar.





À floresta, só desde o anterior Governo faltou o consenso, com a aprovação da Lei da Eucaliptização que, diga-se em abono da verdade, ainda não teve tempo para ser responsável por esta tragédia.

A questão não está mesmo em criar mais Comissões ditas independentes da Assembleia da República, mas provavelmente dependentes dos interesses em presença.

A questão está em acertar nas medidas e assumir a urgência de pôr em prática muito do que foi já consensualizado a seu tempo.

No imediato é indispensável perceber o que correu mal, quais os problemas que estiveram na origem da dramática tragédia que aconteceu naqueles concelhos, ao nível dos meios, das comunicações, das hierarquias de comando.

O Governo procurou, a propósito desta situação extrema, forçar o avanço do debate na Assembleia da República da chamada Reforma das Florestas.

Não está aprovada porque não responde aos problemas essenciais que atrás sublinhámos. Senão veja-se:

- Não prevê qualquer dotação financeira para a sua concretização, fantasiando mesmo com a possibilidade de se realizar o cadastro florestal, cujo custo estimado era de 700 milhões de Euros, quase sem meios financeiros, transferindo os custos seja para os pequenos proprietários, seja para as autarquias;

- Não trata da necessidade urgente do reforço dos meios humanos e materiais das estruturas do Ministério da Agricultura e Pescas para a intervenção nas florestas, depauperadas pela saída de milhares de trabalhadores, nos anteriores Governos.

- Prevê novos apoios aos grandes interesses da indústria florestal.

- Não tem qualquer referência à necessidade de valorizar o preço da madeira.

Como o PCP tem insistentemente assinalado, sem assegurar um preço justo à produção da matéria lenhosa, sem combater práticas comerciais agressivas e importações sem controlo, a floresta portuguesa, incluindo de espécies autóctones, não será defendida.

#### *O Governo*

- Insiste na tese do esbulho das terras ditas sem dono conhecido.

- Ignora, por completo, a importante realidade dos baldios - propriedade comunitária, que se encontra consagrada na Constituição da República Portuguesa e que, não obstante a notável obra realizada, só não deu um maior contributo para o desenvolvimento da floresta e a prevenção e combate dos incêndios florestais, pelos ataques que sucessivos Governos lhes moveram.

Portanto não se espere do PCP o que ele não pode dar - o acordo com essas medidas que consideramos erradas.



Pela nossa parte, consideramos serem necessárias medidas a 4 níveis.

- As medidas imediatas para acudir às populações e às vítimas, sendo que nós não nos esquecemos de todas as promessas feitas em anteriores catástrofes, que estão por concretizar.

- As medidas urgentes para assegurar um dispositivo capaz de combater os incêndios neste Verão que, previsivelmente será muito duro e nós sabemos que as corporações de bombeiros estão muito fragilizadas pelos cortes que sofreram;

- As medidas estruturais de defesa da floresta, a avançar de imediato e que podem ter impactos no curto prazo;

- As medidas estruturais de defesa, desenvolvimento e valorização da floresta e do mundo rural que, avançando agora, terão impactos mais longínquos.

Entretanto, uma prevenção é necessária, *sem fme.*

Uma boa parte das medidas nem sequer precisam de nova legislação.

O que precisam é de meios financeiros e humanos, e algumas delas meios muito avultados, que terão que ter incidência no Orçamento do Estado já este ano e no de 2018, provavelmente incompatível com o espartilho do défice e das decisões da UE.

Importa saber se o Governo está ou não disponível para esse confronto.

O PCP não sairá da primeira linha dos que exigirão que seja dada resposta imediata aos que perderam pessoas, bens e economias.

Como não deixará de contribuir para atacar as causas mais fundas do problema, encontrar respostas de curto prazo, exigindo que entre comissões de inquérito e polémicas estéreis não se fuja ao que tem de ser feito e há décadas não é feito.

Exige-se, neste momento, que o Governo resgate a floresta como resgatou os bancos, promovendo as medidas necessárias que atrás referimos.

Covilhã 30 de Junho

Os eleitos da CDU

Vitor Manuel Reis Silva

Marisa Marques

Pedro Manquinho





Assembleia Municipal – Sessão Ordinária – 30/06/2017

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício e respectivos membros da Mesa;

Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Câmara Municipal;

Exm<sup>os</sup>. Senhores Vereadores;

Exm<sup>as</sup>. Senhoras e Senhores Presidentes e membros das Assembleias e Juntas de Freguesia;

Comunicação Social.

Passou um ano e meio (14/01/2016) que o Conselho de Ministros aprovou a missão e o estatuto da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que tinha como objetivo, criar, implementar e supervisionar um programa para a coesão territorial, promovendo medidas de desenvolvimento do interior.

**Volvido este ano e meio, o governo e a coordenadora da Unidade de Missão, desdobraram-se em atividades de divulgação grassando uma propaganda, que não cola com a realidade.**

Foi referido pelo Ministro Eduardo Cabrita, na Covilhã, que havia muitas medidas que já se encontravam em curso e **recentemente a Coordenadora Helena Freitas, chega mesmo a afirmar que, 50% das medidas definidas já se encontram implementadas no terreno.**





Caros concidadãos e autarcas deste concelho, já deram conta dessas medidas, no vosso dia-a-dia?

Pois..., nós não!

**É lamentável como a máquina socialista, empurrada pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista, continuam a alimentar o Interior, de falsas expetativas, promessas que não passam disso mesmo, um cenário irreal, que nos conduzirá a um despovoamento continuado deste território e a um empobrecimento induzido, por um poder político, que atua numa lógica de mais vale parecer do que ser.**

É pois na sequência de tudo isto, que empresários e sindicatos vêm a público, e bem, denunciar tais comportamentos.

A AEBB - Associação Empresarial da Beira Baixa, pela voz do seu presidente, vem dizer que aquela associação empresarial, disponibilizou as instalações que detém no parque empresarial do Tortosendo para que ali fosse instalada a sede da unidade de missão.

*“Quando a unidade de missão tomou posse eu pedi uma audiência e levei comigo a planta do edifício que temos na Covilhã. Disse abertamente que era uma casa que estava à disposição da unidade de missão para se instalar no interior, sem prejuízo de terem um escritório em Lisboa. Foi-me dito que era uma ideia boa, mas acabou por não ser entendido implementá-la no terreno” – José Gameiro, Presidente da AEBB.*

O próprio coordenador da união de sindicatos encara com reservas a avaliação positiva que é feita pelo governo em relação a este programa. Refere Luís Garra, que é o representante da CGTP no conselho consultivo



da unidade missão, um órgão que deveria acompanhar a implementação das medidas.

*“..nunca mais reuniu desde que a versão final do programa foi apresentada, há dias, através do ministro Eduardo Cabrita, fazendo um balanço da aplicação do programa nacional de coesão territorial e não houve nenhuma reunião do conselho consultivo para tomar conhecimento desse balanço. É negativo que assim seja”.*

**Os recentes acontecimentos relacionados com incêndios no interior do País, revelam bem o desnorte deste governo, e as suas consequências, têm um impacto direto e tremendamente visível, nas populações.**

**O papel fundamental do estado Falhou!**

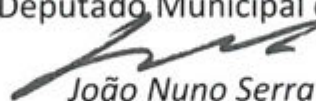
**São as populações, sobretudo as do interior, que mais têm sofrido com uma política do faz de conta. Uma política, do malabarismo, do imediatismo e da irresponsabilidade.**

O PSD sempre combateu esta forma de fazer política, recorrendo a demagogia e ao facilitismo.

**Não nos calaremos, porque infelizmente para os Portugueses, a história mostra-nos que temos razão!**

Disse!

O Deputado Municipal do PSD



João Nuno Serra



# ACREDITAR COVILHÃ

Declaração Política 30/06/2017

Estamos nós muito preocupados em falar dos incêndios que ocorreram e, acho, que é um sentimento generalizado ter esta sensação de que algo está profundamente errado naquilo que aconteceu.

É esse sentimento que nós temos que ter em consciência e temos que tentar, de facto, corrigi-lo.

E corrigi-lo seriamente e com seriedade, não sendo tentados, enfim, a ir pelo lado fácil de dizer que as coisas estão todas mal ou que existe apenas uma coisa que está a funcionar mal ou apenas uma coisa está a funcionar bem...

Se calhar, temos que começar a pensar e agir pelas nossas próprias competências e por aquilo que cada um de nós pode fazer e aquilo o nosso Município pode e deve fazer.

Quando nós temos vários alertas e, de facto, quer aqui, onde tem sido levantada a questão, quer nas redes sociais, onde se podem ver uma enorme quantidade de reclamações acerca de bermas por limpar, de terrenos por limpar, de situações de risco que existem e em que a Câmara e as Juntas de Freguesia têm um papel fulcral e têm uma intervenção essencial a fazer, "se calhar" podemos começar por algum lado e, "se calhar", podemos começar a prevenir por algum lado.

Porque é de prevenção que se trata.

E é, de facto, algo que é preciso nós termos consciência que temos que fazer, por muito que nos custe, por muito que não seja popular, por muito que, enfim, que não dê votos, que arranjemos problemas...

Mas é algo de facto tem de ser feito...



# ACREDITAR COVILHÃ

É muito fácil, peço desculpa por o referir desta forma, mas é muito fácil virmos aqui apresentar Votos de Pesar e lamentos, quando durante todo o ano não fizemos o nosso trabalho de casa.

Acho que é preciso nós termos noção disto e termos, claramente, noção que é este o caminho que nós temos que seguir.

Portanto, sobre esta matéria era algo que gostava de deixar como reflexão e como pedido: antes de questionarmos ou de culparmos quem quer que seja, vamos pensar no que cada um pode fazer, nos seus pelouros, nas suas capacidades, nos seus poderes, para podermos, de facto, evitar tragédias deste género.

Não posso deixar, em termos políticos, e permitam-me isto, de dizer que se algumas coisas, infelizmente, ardem lá fora, outras também aqui, em termos políticos e em termos Concelhios, ardem (em lume brando).

E deixo aqui o meu lamento e a minha tristeza pela forma como, quem exerce o poder neste Concelho exemplifica como não se deve exercer o poder na Covilhã. De facto, quando nós vemos que dentro do PS na Covilhã, a cultura que existe é uma cultura de faca nas costas, de faca na liga, de andarmos aqui a passar por cima uns dos outros, como aconteceu neste caso, aliás já aconteceu antes: A escola do Senhor Presidente da Câmara é esta, foi isso que ele fez com o Senhor Vereador e então Vice-Presidente Carlos Martins e foi essa a escola que o Senhor Carlos Martins aprendeu e fez e que está a fazer, neste momento, com as Freguesias da Covilhã e Canhoso.

É, de facto, um mau exemplo.

É, de facto, algo que é deplorável e não pode ser aceite como normal na política. E, portanto, aqui expresso o meu repúdio político a esta forma de fazer política, a esta atitude de fazer política...

# ACREDITAR COVILHÃ

Felizmente que existem exemplos que a política pode ser diferente. Pode-se fazer diferente na política, não desta forma, em que os interesses pessoais e partidários passam por cima uns dos outros e onde, de facto se conseguem, enfim, desrespeitar as questões básicas de um sãõ relacionamento social e partidário.

( 000.05 )

## Moção



O Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo é uma instituição de referência no que respeita ao apoio social aos menos jovens e que dispensa apresentações.

Acontece que há uma questão deveras importante que deve merecer de todos e no caso em apreço, da Assembleia Municipal, um contributo e uma atenção especial.

Os responsáveis do Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade há mais de 20 anos que lutam incansavelmente pela titularidade dos terrenos onde a instituição está implantada.

Tem sido uma luta constante junto dos vários responsáveis pelo Ministério da Segurança Social, mas passados estes anos a titularidade dos terrenos não foi resolvida.

A instituição está implantada num edifício que remonta à década de 70 do século passado. O antigo lactário do Tortosendo, tendo a titularidade desse edifício passado para o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa.

Esta situação tem gerado problemas colocando entraves no desenvolvimento de actividades desta instituição.

Recordar que nestas instalações já foram investidos mais de um milhão de euros pelo Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade.

Importa pois, que de uma vez por todas a titularidade passe para o Centro de Convívio e Apoio à Terceira idade, pedido esse que o Presidente da Direcção da instituição, Prof. José Alfredo Costa, fez ao Senhor Primeiro

Ministro, António Costa, na recente visita que este fez ao concelho e a quem entregou um dossier com explicação minuciosa do problema e onde também constam propostas de resolução.

Porque é imperativo uma solução definitiva que dê à instituição o que é da instituição e porque a manter-se a situação actual poderão estar em causa investimentos e projectos futuros de interesse para a freguesia e para a região, a Assembleia Municipal da Covilhã, reconhece o importante trabalho feito pelo Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade e apela, também, ao Senhor Primeiro Ministro, a resolução do assunto.

Que a moção seja remetida às seguintes entidades:

Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo

Junta de Freguesia de Tortosendo

Assembleia de Freguesia de Tortosendo

Câmara Municipal da Covilhã

Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Primeiro Ministro

Covilhã, 30 de Junho de 2017







**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Senhoras e Senhores Representantes da Comunicação Social,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Aproxima-se o término de um ciclo autárquico de 4 anos e o início de um novo. É, assim, tempo de refletir sobre o que foi feito e tomar as melhores opções sobre o que se pretende para o futuro. Falo na qualidade de Deputado Municipal que integra como independente a bancada do PS. Esta qualidade permite-me ter e dar uma visão mais liberta, menos condicionada.

Acompanhei, quer como cidadão, quer como Membro desta Assembleia, o trabalho desenvolvido pelo atual Executivo da Câmara Municipal da Covilhã. O que foi feito como primeira prioridade, já se sabia que seria assim, foi o que tinha de ser feito, qualquer que fosse o Executivo responsável: resolver os problemas financeiros da Autarquia. E esta tarefa, esta árdua tarefa, é aquela que, infelizmente, é menos visível e recompensada pelo eleitorado. Dará mais votos a construção de um fontenário do que encontrar uma solução financeira para um problema, sendo certo que a primeira só se poderá concretizar com a segunda.

As condições com que o atual Executivo da CMC se deparou durante o mandato que está a terminar foram muito agrestes e difíceis para o que vulgarmente se diz “fazer obra”. Grande parte das receitas cobradas foram comprometidas com o pagamento das dívidas e, portanto, pouco restou para o investimento necessário no Concelho. Quando comparamos com a gestão da nossa economia doméstica e familiar, aí percebemos e fica tudo dito.

As comparações que se fazem entre mandatos exige-se que sejam sérias e isentas de demagogia. Só se pode comparar o que é comparável e considerando as condições de cada momento. Sabe-se que grande parte da obra autárquica se faz recorrendo aos programas comunitários. Ora, não se pode comparar mandatos em que esses programas distribuíram verbas avultadas e este onde só agora no final os programas começaram a funcionar. Por outro lado e fruto de gestões anteriores, a CMC atingiu o limite legal de endividamento, tendo-lhe ficado vedada a contração de empréstimos para fazer obra. Acrescente-se que este endividamento teve de ser pago pela atual Câmara, o que agudizou a situação. Mas os compromissos financeiros que o atual Executivo teve de honrar passaram também pelas condenações em tribunal de processos vindos do passado. Tudo isto totaliza muitos milhões de euros que foram subtraídos ao investimento necessário no Concelho da Covilhã. Contudo e malgrado esta situação, consta-se obra feita e a iniciar-se, bem como uma intensa atividade cultural e associativa. Esta foi a grande obra que a atual Câmara fez e que deve merecer o reconhecimento do Povo da Covilhã, pois cria as condições necessárias para o desenvolvimento no futuro próximo.

Para o novo ciclo autárquico, em minha opinião, o foco deve estar nas obras de proximidade, de requalificação e nas que acrescentem qualidade de vida. Deixemo-nos de “fontismos” que consomem recursos e não têm utilidade. Um político é um designer das condições de vida dos indivíduos. Tal como o design coloca o Homem no centro do projeto, também as decisões políticas devem privilegiar as necessidades e anseios das pessoas.

Neste sentido, é um projeto âncora a reabilitação do centro histórico da Covilhã e o seu repovoamento, nomeadamente com gente jovem, onde as obras previstas no PEDU são essenciais, de que destaco pela sua enorme importância o Teatro Municipal / Centro de Inovação Cultural. Este projeto irá permitir, e muito, o aparecimento de iniciativas que visem a consolidação das raízes e da

herança cultural da Covilhã, associadas à lã e à montanha, reforçando a nossa identidade e imagem de marca, criando diferenciação competitiva. Ainda nesta linha, dever-se-ão procurar soluções para dar boa utilidade ao património industrial localizado na malha urbana da cidade. A Covilhã não pode continuar a ter uma arquitetura e gestão urbanística descaracterizada, igual a qualquer subúrbio das grandes cidades, antes deve inspirar-se na história e nas boas práticas de outras cidades de montanha e de lanifícios. Já há alguns bons exemplos que será preciso replicar. As obras de proximidade e requalificação permitirão o desfrutar das praças e das ruas pelas pessoas, criando vida na urbe e incentivando a atividade económica.

A sustentabilidade da Covilhã e seu Concelho exigem uma grande preocupação com a captação de investimento e conseqüente emprego. Têm de se encontrar soluções para inverter a perda de população. É necessário haver gente para que haja mercado para um conjunto de equipamentos e atividades que trazem qualidade de vida. Os políticos têm de ter a capacidade de pensar o desenvolvimento da vasta região que vai da serra da Estrela até à serra da Gardunha, proporcionando a constituição de uma mancha populacional de 100.000 habitantes, acreditando que o que for bom para a Covilhã também o será para o Fundão e vice-versa.

A Covilhã deve continuar a respirar através de dois pulmões verdes: a encosta da serra da Estrela e o rio Zêzere. Em ambos deverão ser concebidos e construídos parques de lazer e usufruto da natureza. No fundo, será recriar com qualidade e requisitos modernos o que sempre foi tradição dos Covilhanenses de ocupação dos seus tempos livres.

A UBI tem um enorme impacto na região, não só pela formação de profissionais altamente qualificados, mas também pela atividade económica e cultural que gera. Ao invés do que aconteceu no passado, estão agora criadas com a atual Câmara as condições para se continuar a estreitar o necessário





relacionamento entre a cidade e a universidade no sentido do desenvolvimento harmónico de ambas.

Finalmente, o sucesso da intervenção nestas diversas áreas da política autárquica, acompanhado de medidas específicas, promoverá a captação de novos públicos, nomeadamente estrangeiros, quer como turistas, quer como residentes. É preciso saber aproveitar para a Covilhã o que se está a passar noutras regiões de Portugal em termos de fluxos de procura. A dimensão cultural da política autárquica, devidamente organizada e programada, será sem dúvida um vetor indispensável para a boa qualidade de vida das pessoas e um fator determinante para a captação dos novos públicos.

As políticas fazem-se com pessoas, com líderes e equipas. Cada um no seu tempo. Em minha opinião, este é o tempo do Dr. Vítor Pereira. Vejo nele o líder mais capaz de formar a melhor equipa, de ter a visão estratégica e a capacidade de diálogo e perseverança para levar a Covilhã e o seu Concelho para os patamares de desenvolvimento que preconizo e ambiciono.

Muito obrigado.

Covilhã e AMC, 30 de junho de 2017



Rui Alberto Lopes Miguel

Deputado da Assembleia Municipal da Covilhã

Bancada do Partido Socialista.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ  
GRUPO do PS

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal  
Exmos. Membros da Mesa  
Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Senhores Vereadores  
Senhores Deputados  
Senhores Presidentes de Junta  
Senhoras e Senhores

Chegamos ao fim do nosso mandato autárquico.  
Cumprimos o mandato que nos foi confiado pelos nossos  
concidãos.  
É tempo de virmos a este areópago e expormo-nos ao escrutínio  
dos covilhanenses.  
É tempo do balanço e da prestação de contas àqueles que nos  
elegeram porque nós fomos os portadores da sua esperança e  
das suas aspirações.  
E nós no PS, que assumimos desde a primeira hora a  
responsabilidade dessa esperança e dessas aspirações, abrimos  
agora o peito e apresentamos as nossas contas.

Vamos às contas.



Em 2013 viemos junto do covilhanenses com um programa ambicioso: “construirmos o futuro”. Passados quatro anos, o que temos?

Temos as finanças municipais reequilibradas: foi feito um esforço de consolidação da dívida, tendo esta sido reduzida em mais de 40 M€.

Lançámos o orçamento participativo, como prometemos.

Em 4 anos o desemprego baixou 35%, tendo sido criados mais de 1000 postos de trabalho.

Temos o Provedor do Município em pleno funcionamento.

Implementámos o que chamámos, na altura, de “Rede Eletrónica Municipal” com a criação do Balcão Único Municipal, o Geoportal e o novo sítio eletrónico do Município.

Na educação, timbre do PS, lançámos o Programa Social de Apoio às famílias, com a oferta de material escolar, requalificámos diversas escolas, reativámos o Conselho Municipal de Educação e revimos a Carta Educativa Municipal, Iniciámos o processo de regularização de trabalhadores precários, instituímos o Programa Conhecer o Concelho.

Na cultura, o mandato que agora acaba foi o mais ativo de sempre com iniciativas quase diárias.

Está em marcha o processo de reabilitação do Teatro Municipal.

Instituímos o Conselho Municipal da Juventude.

Alargámos as funcionalidades do Cartão Social.

E fizemos obra, muita obra. Acabámos as obras deixadas a meio no anterior mandato (Wellcom Center, Miradouro da Marquês d'Ávila e Bolama, Elevador do Jardim); requalificámos a estrada municipal 512; temos aí o novo Jardim das Artes; fizemos uma profunda requalificação de jardins infantis; está em marcha o plano de requalificação energética do Concelho; foram requalificadas as estradas Covilhã-Canhoso; TCT Canhoso; Tortosendo/corda do rio; acesso ao parque industrial do Canhoso; Cantar Galo Vila do Carvalho; dentro da Covilhã; interviemos nos jardins da cidade.

Pela primeira vez em 40 anos reduzimos o preço da água.

Podemos agora dizer que a Covilhã vai ter em breve um pavilhão gimnodesportivo, o até agora pavilhão do INATEL.

Por último, mas não em último, como é evidente, o Município da Covilhã tem candidatados, entre financiamento comunitário e financiamento próprio, valores na ordem dos 15 M€ para o Teatro Municipal, para o Centro de Encubação Empresarial, para O Centro de Inovação Social, para a reabilitação urbana do Centro Histórico, entre outros.

O PS apresenta as suas contas e são boas contas. A Câmara Municipal e o seu Presidente, Vitor Pereira, fizeram um trabalho altamente meritório.

O PS e o Dr. Vitor Pereira merecem a confiança dos covilhanenses.

O PS e o Dr. Vitor Pereira terão, com toda a certeza, a confiança dos covilhanenses para continuarmos a “construir o futuro”.

Muito obrigado.



# ACREDITAR COVILHÃ

## Intervenção na Assembleia Municipal de 30 de junho de 2017 Voto de Louvor à Universidade da Beira Interior

7

Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,  
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,  
Senhores Vereadores,  
Representantes dos órgãos de comunicação social  
Senhoras e Senhores Munícipes

Uma vez mais, a Universidade da Beira Interior integrou a lista das melhores instituições de ensino superior no ranking da Times Higher Education, desta vez no âmbito Europeu. É já a terceira vez, nestes dois últimos anos, que a UBI é referida nas análises de desempenho académico desta organização, depois de ter entrado no ranking das 980 melhores universidades do mundo e no ranking das 200 melhores universidades do mundo fundadas há menos de 50 anos.

Hoje mesmo, a instituição divulgou a informação de que surge no mais recente Ranking of World Universities, conhecido como Ranking de Xangai, no campo dos cursos ministrados pelo Departamento de Engenharia Eletromecânica. No final de 2016, já o Departamento de Ciências do Desporto foi colocado entre os melhores do mundo, nesta área.

Paralelamente, tem sido crescente o número de docentes da universidade que têm vindo a ser chamados para o desempenho de funções em organismos internacionais, o que é revelador das suas capacidades e competências.

Nessa medida, e na sequência dos sucessos alcançados pela UBI e do reconhecimento alcançado ao nível internacional, o Movimento Acreditar Covilhã propõe a atribuição de mais um voto de louvor à Universidade da Beira Interior, ao mesmo tempo que felicita o



# ACREDITAR COVILHÃ



Prof. António Fidalgo pela sua reeleição como Reitor e lhe deseja os maiores êxitos no desempenho do cargo.

Muito obrigada.

Pelo grupo do Movimento Acreditar Covilhã,  
Graça Castelo-Branco



**Partido Comunista Português**

**Assembleia Municipal da Covilhã**

Sessão Ordinária de 30/06/2017

Handwritten initials and a signature in blue ink.

**Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,**

**Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Senhora e Senhores Vereadores,**

**Senhoras e Senhores Deputados,**

**Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,**

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

*Caros dirigentes associativos,*

Desporto, Cultura e Movimento Associativo são pilares fundamentais de participação, mobilização e emancipação das populações. São pilares que congregam princípios de participação democrática e de superação, determinantes no poder local pela sua importância na dinamização da intervenção cívica, na atividade cultural, recreativa e desportiva. Quando pensados pelo executivo fornecem ferramentas à população de valorização dos seus contextos, sejam estes individuais, sociais, culturais, ambientais e de participação coletiva nas comunidades locais. Constituem um elemento fundamental no incremento da participação e consciência cívica, da cultura e da vida democrática dos cidadãos. Nunca será demais sublinhar como o desporto, a cultura e o associativismo ~~tem~~ ao longo da história se tem afirmado como formas de combater desigualdades e de lutar contra a opressão das populações. Pela sua própria natureza, o associativismo é expressão e exercício de liberdade e exemplo de vida democrática. É uma escola de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência de humanismo e cidadania. Concilia valor colectivo e individual. Pelo que, defender, reforçar, apoiar e promover o desenvolvimento do movimento associativo é defender e reforçar a democracia e a participação dos cidadãos na vida social, na perspectiva de luta por uma democracia política, económica, social e cultural.

*Movimento*  
Relativamente ao Associativismo, podemos afirmar que este em Portugal remonta ao século XIX sob forte e fundamental influência de dois marcos substanciais: a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra ainda no séc. XVII, e a Revolução Francesa em finais do século XVIII. As populações começaram a associar-se para minimizarem as dificuldades por que passavam, surgindo as primeiras associações de socorros mútuos e de instrução popular. Nessa época deu-se ainda o aparecimento de outro importante sector do associativismo: as sociedades filarmónicas, que ainda hoje subsistem por todo o país e também no nosso Concelho, com sete associações filarmónicas.



## Partido Comunista Português

### Assembleia Municipal da Covilhã

Sessão Ordinária de 30/06/2017

A evolução do Movimento Associativo está intrinsecamente ligada à evolução sócio-política da sociedade portuguesa, pelo que as políticas vigentes desde sempre influenciaram a vida das colectividades, clubes e outras associações. O regime fascista perseguiu permanentemente todas as organizações e expressões do Movimento Associativo que, no entanto, constituiu um importante espaço de resistência e luta pela liberdade e democracia. Muitos homens e mulheres tiveram na banda de música, no grupo de teatro, na biblioteca, no grupo coral, no desporto, nas salas de convívio, nas colectividades, a sua escola cívica e de cidadania, pelo que, com a conquista da liberdade, muitos vieram a ocupar funções públicas de relevo na sociedade democrática instituída pelo 25 de Abril de 1974. A par do substancial aumento do número de associações decorrente do 25 de Abril, emergiram ou reforçaram-se outros tipos de associativismo: de defesa de direitos cívicos; de associações de moradores; de jovens e estudantes; de ambiente e ecologia; de pais; de pessoa com deficiência, entre outras.

Atualmente percebemos que as raízes mais profundas que sustentaram o aparecimento do Movimento Associativo no século XIX parece terem-se transposto para os dias de hoje: a crise instalada, a soberania nacional posta em causa, a pobreza generalizada, um nível de iliteracia superior ao dos restantes países europeus. As políticas de desertificação humana e de redução dos serviços públicos, em muitas localidades, que tem feito com que muitas associações tenham vindo a assumir tarefas e "serviços" que deveriam ser prestados pelo Estado, e onde são muitas vezes o único suporte social das populações, sem contudo obter as respectivas contrapartidas.

O PCP regista que nos últimos anos, tem-se vindo a assistir à degradação das condições de funcionamento do Movimento Associativo. Contudo e apesar da ofensiva contra os direitos que limita a disponibilidade dos activistas e da falta de apoios à sua actividade, continua o Movimento associativo a constituir um grande espaço de intervenção social e trabalho voluntário em Portugal. Pelas suas características e poder real que exerce nas comunidades, o associativismo vem consolidando a sua afirmação como um poderoso movimento nacional de cultura, recreio e desporto, uma inequívoca resposta social e de desenvolvimento local. A participação das diferentes associações em movimentos sociais em defesa da Paz, da água pública, dos serviços públicos ou de conquistas democráticas, confirma a sua vocação como espaço de intervenção cívica e política, que contribui para o reforço da democracia participativa e por isso deve ser reforçada.





## Partido Comunista Português

### Assembleia Municipal da Covilhã

Sessão Ordinária de 30/06/2017

Na Covilhã, um concelho com quase 3 centenas de associações, o movimento associativo tem sido impulsionador do desporto, da cultura e da intervenção social. Estas associações têm desempenhado um papel essencial na vida das comunidades, tanto nas rurais como nas urbanas. Sejam culturais, recreativas, desportivas ou de solidariedade social, as associações asseguram um contributo insubstituível na construção e afirmação de identidades coletivas, na formação artística e desportiva, no desenvolvimento e capacitação das pessoas enquanto cidadãs ou na prestação de serviços de proximidade. Um traço distintivo no trabalho desenvolvido pelas autarquias CDU reside no nível de investimento que tem vindo a ser feito nos últimos 41 anos, muito do qual veio acrescentar valor ao Movimento Associativo: pavilhões desportivos, piscinas, polidesportivos, circuitos desportivos, auditórios, bibliotecas, galerias de exposições; em muitos casos, apoio directo através da cedência de terrenos, construção de sedes, centros de dia, edificados de raiz ou recuperados com obras de valorização patrimonial de equipamentos existentes. Nesta Assembleia sabemos e as populações sabem que faltam infraestruturas no concelho que possam dar resposta quer na área do Desporto quer na Cultura. Para além das infraestruturas é necessário pensar numa estratégia de intervenção para o Desporto, para a Cultura e para o Movimento Associativo que defina prioridades e linhas orientadoras, sabendo o que é fundamental, o poder Local não pode inscrever-se como um patrocinador pontual.

O PCP no seu programa autárquico concelhio nas últimas eleições definia prioridades nestas áreas e tem reclamado a sua discussão nesta assembleia e no executivo.

O PCP considera fundamental para a Covilhã, para o Desporto, Cultura e Movimento Associativo as seguintes prioridades:

- CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, pelo tempo do mandato;
- CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, pelo tempo do mandato;
- Redação da CARTA CULTURAL CONCELHIA, como ferramenta de trabalho para dirigentes, técnicos e direções das associações e coletividades, com a descrição de todos os espaços e instalações adequadas para as manifestações culturais, e o seu "estado", para permitir a preparação de uma agenda de descentralização cultural em todas as freguesias.
- Realização de um FÓRUM sobre Associativismo, como espaço de encontro e discussão para o Movimento Associativo;





## Partido Comunista Português

### Assembleia Municipal da Covilhã

Sessão Ordinária de 30/06/2017

- Elaboração do REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL E DESPORTIVO, com critérios claros e transparentes sobre o quantitativo total de apoios, por escalão, por quadros técnicos, por número de atletas inscritos, e outros. A transparência, a justiça e a imparcialidade nos apoios bem como a definição rigorosa dos compromissos mútuos para um período de um mandato autárquico, são propostas acolhidas com entusiasmo por todos os agentes do Movimento Associativo.
- Guia Local do Associativismo;
- Comemoração do Dia Nacional das Coletividades;
- Criar, o Conselho Municipal da Cultura, Desporto e Movimento Associativo;
- Protocolo de cooperação com a Confederação Portuguesa das Coletividades de forma a promover formação e seminários para todas as coletividades e associações do concelho;
- incentivos locais aos dirigentes associativos;
- Desenvolvimento de programas de dinamização desportiva nas freguesias do Concelho;
- Desenvolvimento de programas de dinamização cultural nas freguesias do Concelho;
- Criar um Gabinete Municipal de Apoio Técnico às Associações.
- Devolver o valor do IMI às associações;
- Reduzir o preço da água, saneamento e resíduos para as associações;
- Estabelecer incentivos à produção artística local;
- Criar um sistema integrado de equipamentos culturais (bibliotecas, casas de cultura e centros cívicos) destinados ao conhecimento, fomento e difusão da cultura e dinamização da participação das pessoas e instituições.
- Apoiar a aquisição de produções artísticas concelhias;
- Criar o roteiro dos Museus da região;
- Revitalizar os laços com a Casa Museu Marmelo e Silva (Paul), de modo a dinamizar ainda mais um espaço museológico e bibliotecário;
- Criar o roteiro Ferreira de Castro – A Lã e a Neve, estabelecendo sinalética local e criando informação e um sistema de visitas guiadas de modo a revitalizar uma memória patrimonial ligada aos têxteis da região.
- Aumentar o acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal da Covilhã e dinamizar um plano de atividades;
- Apoiar talentos literários em formação, ao nível do ensino escolar e universitário.



## Partido Comunista Português

### Assembleia Municipal da Covilhã

Sessão Ordinária de 30/06/2017

O PCP considera que é possível e necessário criar condições de trabalho ao Movimento Associativo, com mais meios e mais apoios, assegurando o seu desenvolvimento, o aumento da participação dos associados, a sua mais ampla democraticidade, o seu carácter unitário e independência, no quadro das transformações que a vida vai exigindo.

O PCP considera que é possível, necessário e indispensável tomar medidas que visem fortalecer o movimento associativo, potenciar os meios existentes, dinamizar as associações para um trabalho em rede que permita potenciar o trabalho efetuado sobretudo no desporto e na cultura, apoiar o Movimento associativo é valorizar o espaço democrático que as populações devem exercer e apoiar o carácter formativo da comunidade.

#### Os Deputados do PCP

Vitor Reis Silva



Marco Gabriel



Marisa Marques



Pedro Manquinho

24/5



Período da Ordem do Dia

INTERVENÇÃO SOBRE O PONTO 2.1

“Desporto, Cultura e Movimento Associativo”

Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício e respetivos membros da Mesa;

Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Câmara Municipal;

Exm<sup>os</sup>. Senhores Vereadores;

Exm<sup>os</sup>. Senhoras e Senhores Presidentes e membros das Assembleias e Juntas de Freguesia;

Estimados Dirigentes Associativos;

Caros representantes da comunicação Social.

É com muito agrado que a bancada do **Partido Social Democrata – PPD/PSD**, vê agendado este ponto temático uma vez que estamos num Concelho onde o número de associações e coletividades é muito significativo, a ombrear com os grandes centros do país.

Queremos recordar o papel importante que, ao longo dos anos, o movimento associativo e cooperativo, tem vindo a desempenhar no nosso Concelho, nos domínios da cultura e do desporto, a nível social, económico e, até, laboral.

O PPD/PSD quer aqui recordar a resistência que a população, organizada nas suas associações, ofereceu no período de falta de liberdade e democracia. Queremos relembrar que muitos homens e mulheres, tiveram no grupo desportivo, na banda de música, no grupo de teatro, na biblioteca e no grupo coral, a sua escola de cidadania.

As Associações foram sempre lugares de cultura, informação e debate de ideias. Era aí que os sócios e os utentes podiam ler o jornal e ver o mundo pela televisão, que não tinham na sua casa.



O movimento associativo popular tem como base a sociedade em geral, mantendo como grandes valores: a **Solidariedade**, a **Independência**, a **Democracia**, o **Trabalho Voluntário** e **Humanitário**, constituindo espaços onde se exercem e reclamam direitos de reunião e de associação; onde se exercem e reclamam direitos à cultura, ao desporto, ao lazer, ao trabalho e ao protesto. **Direitos que são exercidos em colectividade.**

**Nenhum homem é uma ilha. Todos temos objetivos comuns uns aos outros.** Com o associativismo alcançamos essas metas comuns, de forma organizada – como na nossa família, na escola, e até no local de trabalho!

Todos sabemos que é, ainda, nas associações que se pode exprimir a Solidariedade, que se podem experimentar novas respostas, constituindo-se como importante fator de transformação e inovação social; que se pode elaborar e concretizar um projeto comum, de carácter coletivo e de raiz social!

Todos sabemos que o trabalho voluntário e humanitário é estruturante da economia social, contudo, verificamos que, **ao longo dos anos, os apoios da nossa Autarquia ao Movimento Associativo, têm vindo a surgir sem critérios regulamentados, com profundas preocupações eleitoralistas, com dependência e subserviência política** que contrasta com a própria democracia que se vive nas associações que, por regra, têm órgãos próprios **eleitos democraticamente.**

A vida associativa só tem sentido quando vivida com intencionalidade ética, que em nenhum momento deve ser atacada, enquanto caminho para agir, intervir e viver de forma plena a nossa cidadania.

Neste quadro, PPD/PSD, entendendo que o reconhecimento é a expressão do olhar da sociedade sobre o caminho que todos juntos vamos percorrendo, de forma solidária, **considera de fundamental importância que o próximo executivo**, que venha a sair das eleições do dia 1 de Outubro de 2017, assuma como prioridade a elaboração de um **regulamento de atribuição de apoios às associações do nosso Concelho**, para que o Movimento Associativo possa retomar a essência da sua criação através da planificação e realização de atividades que reavivem a sua memória e as tradições da nossa Beira Interior.

O **Regulamento ou Carta Local do Associativismo**, que exigimos, deve definir os critérios de atribuição de apoios às Associações em consonância com as suas atividades e em função da comunidade que abrangem. Tal Regulamento constituirá um instrumento estratégico para evitar desigualdades e preferências sem critério lógico e racional.





Uma palavra final para as nossas cooperativas (destacamos a Adegas Cooperativa da Covilhã e a Cooperativa Frutícola da Cova da Beira) que **sempre deram um contributo económico e social de relevo no domínio da agricultura do nosso concelho** e já viveram melhores dias – lutam com grande dificuldade pela sua sobrevivência, uma em **Processo Especial de Revitalização (PER)** à espera de uma solução dos credores e a outra associando-se a outras entidades frutícolas da região para poder sobreviver.

O PPD/PSD quer expressar **uma palavra de felicitação ao Grupo que integra a Cooperativa Frutícola da Cova da Beira** (que é parceira da Cerfundão), que também contribuiu para a **atribuição do prémio nacional da agricultura 2016, na categoria Inovação** prémio atribuído pelo BPI. (e dois órgãos de comunicação social Jornal de Notícias e Correio da Manhã) com o patrocínio do Ministério da Agricultura.

Disse.

Covilhã, 30/06/2017

A Deputada Municipal,

*Sandra Soares*

# ACREDITAR COVILHÃ

## Associativismo, Cultura e Desporto

Muito boas tardes, em primeiro lugar cumprimento especial aos Dirigentes Associativos que mais uma vez, provam que quando são convocados dizem presente e a todos os demais que já cumprimentei.

Falar de Associativismo, e falar de Associativismo na Covilhã, é quase um exercício de retórica, porque o Associativismo e as pessoas que aqui estão sabem que no Associativismo, vive-se, participa-se, colabora-se e sobretudo respeita-se e agradece-se. E, é isso que eu tenho para dizer aos Dirigentes Associativos e às Associações deste Concelho é um obrigado, um grande obrigado por participarem e fazerem da Covilhã uma terra em que as pessoas têm locais e instituições onde se encontrar, onde podem reunir, onde podem usufruir da cultura, do desporto, onde podem participar em atividades sociais, cívicas e culturais... as Associações são a base de qualquer participação e atividade social, cívica e democrática! Esse papel social essencial e socialmente relevante, as mais das vezes, realizando atividades e proporcionando serviços, que o Estado é incapaz de realizar, tem um valor incalculável e merece o reconhecimento adequado e justo de quem, substituindo-se às entidades públicas, realiza e concretiza as necessidades básicas deste Concelho.

Ninguém inventa a roda no que diz respeito ao Associativismo na Covilhã e do que o Associativismo tem necessidade. E o Associativismo tem necessidade, fundamentalmente de duas coisas essenciais: é respeito e cumprimento da palavra. Porque aquilo que é transversal a todas as Associações, com que eu vou falando e a quem nós vamos ouvindo, é a necessidade de certezas, de garantias, para poderem funcionar, para poderem levar a cabo os seus projetos associativos e os seus projetos sociais e onde, na maior parte deles, a cultura e o desporto estão sempre presentes. E falta fundamentalmente da parte das Entidades Públicas e nomeadamente da Câmara esse respeito e esse cumprimento da palavra. E, de facto ao contrário daquilo que já aqui foi dito, aquilo que todos nós sabemos é que

# ACREDITAR COVILHÃ

as coisas são prometidas, são ditas, são faladas, mas depois não se concretizam, ou só se concretizam para alguns, ou só se concretizam no tempo em que a Entidade Pública ou neste caso a Câmara acha que é melhor para ela, ou pior, então não se concretizam mesmo e têm que ser mesmo os Dirigentes Associativos a fazer das tripas coração e levar a cabo as suas atividades sem apoios de ninguém, que infelizmente esta é a maior parte das situações.

Pensávamos que este último Mandato fosse um tempo novo no relacionamento com as Associações, no respeito com as Associações...

Porém daquilo que falámos e que ficámos a saber e a ter a certeza, é que, efetivamente, é um tempo novo ao nível de dizer que sim a tudo e não cumprir nada!

De facto, essa é uma característica que é comum a todas as Associações e é, de facto, uma das situações que mais vamos ouvindo de queixas das várias Associações com quem se fala.

É fundamental para que a cultura, para que o desporto, para que a atividade social no nosso Concelho funcione que haja um parceiro, um parceiro autêntico, verdadeiro, credível e de palavra!

E esse parceiro tem que ser a Câmara Municipal e é isso que é obrigatório que uma Câmara Municipal se comprometa a fazer com as Associações; é obrigatório que a Câmara Municipal tenha um regime de transparência com as Associações!

Que dê garantia às Associações de que se as Associações cumprem, a Câmara cumpre! Se as Associações precisam e estão sujeitas a um Regulamento Municipal de Apoio às Associações, de facto, exige-se que a Câmara cumpra!

Já aqui ouvimos falar em muitas coisas, já aqui ouvimos falar em Orçamentos Participativos, em atividades, em coisas que o valha e depois a conclusão que se tem e a pergunta que se faz é: e disso o que é que foi cumprido e por quem?

E de facto, é evidente que todos os Dirigentes Associativos e todas as Associações têm queixas mais do que suficientes sobre esse incumprimento, sobre essa falta



# ACREDITAR COVILHÃ

de palavra de uma Entidade que supostamente tem que ser de boa-fé e tem que ser credível. E é isso que é necessário, que é fundamental garantir aos Dirigentes Associativos e às Associações.

E falo muito nos Dirigentes Associativos, não no sentido pejorativo do termo, porque apesar de alguns e de algumas situações que, infelizmente, se pode pensar que os Dirigentes Associativos andam nisto, alguns por intuítos menos altruístas... Mas também esses têm uma virtude, que é uma virtude de manter as Associações abertas e de as manter em funcionamento e portanto também o meu obrigado a esses.

É fundamental para que o Associativismo e a Cultura e o Desporto funcionem, porque a cultura e o desporto são uma consequência natural do associativismo, independentemente de outras Entidades que possam desenvolver essas atividades, o que é certo e verdade é que a base está nas Associações. E, portanto, as Associações têm essa virtude. E as Associações são feitas de pessoas, por pessoas e para pessoas e são a primeira escola da nossa Cidadania. É nas Associações que nós aprendemos a respeitar-nos uns aos outros; é nas Associações que nós aprendemos a saber o que é que é a Democracia; é nas Associações que nós aprendemos o que é trabalhar para os outros... Mesmo que de uma forma egoísta quando eu lá vou apenas para utilizar os serviços que a Associações asseguram.

E portanto é essa escola, é essa educação que não pode ser colocada em causa e em risco de ser perdida com as Associações e que tem que ser assegurada, pela Câmara, como parceiro idóneo das Associações. E, por isso, por as Associações terem essa característica e serem feitas por pessoas e nomeadamente serem dirigidas por pessoas – e, há uma pessoa aqui que diz isso muitas vezes, o Dr. Pedro Farromba fala muitas vezes nas Associações e nos Dirigentes Associativos de uma maneira muito caricata: “os dirigentes associativos são amadores perante as pessoas e perante as Associações e são profissionais perante Lei!”



# ACREDITAR COVILHÃ

Porque depois a Lei exige-vos que cumpram todos os requisitos e mais alguns, que cumpra todas as obrigações dos maiores administradores das empresas, vocês têm que as cumprir sendo amadores e sendo pessoas que têm outras coisas para fazer e que sacrificam a família e muitas vezes os trabalhos, para fazerem este trabalho associativo.

E por essa razão acho que é fundamental, mas fundamental, que a Câmara Municipal e que o Município da Covilhã assegurem, essa é uma proposta que fica para qualquer força política que venha a ganhar as próximas Eleições, um Gabinete ou uma forma de apoio direto aos Dirigentes Associativos, em que os Dirigentes Associativos possam ligar para a Câmara e saberem com quem é que falam e terem uma resposta em tempo útil para os problemas que têm. Isto é fundamental e é essencial para que as Associações possam desenvolver os seus trabalhos.

Chega, chega desta situação de mais do mesmo, de andarmos sem norte, de andarmos sempre sem regras! De facto é esse o compromisso que se exige e é esse o pedido que eu faço, efetivamente a quem está na Câmara e a quem vier suceder na Câmara: que assegure às Associações e aquelas pessoas que ali estão em cima, que dão sempre a cara e que dizem sempre presente quando são chamadas, este apoio que é essencial.

Quanto à Cultura, volto a dizer, é com as Associações que tem que ser feita a Cultura. É com as Associações que tem que ser programada a Cultura e que tem que ser assegurado que a Cultura seja dada aos Cidadãos, sempre que possível.

E de facto é esta a posição do Movimento Acreditar Covilhã e a minha posição pessoal relativamente ao Associativismo, à Cultura e ao Desporto.

Tenho dito!

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e Sr. Vereadores


Srs. Membros da Assembleia Municipal

Minhas Senhoras e meus senhores


Caros Concidadãos

A nossa Cidade possui um notável potencial do ponto de vista cultural, desportivo e associativo. Ciente desta realidade, e apesar das dificuldades financeiras encontradas, é nossa opinião que o Município encetou, desde há quatro anos, uma estratégia cultural, desportiva e associativa para a comunidade, mas mais importante... encetou uma estratégia com a comunidade e os vários agentes que nela actuam.

A sociedade e as suas associações foram chamadas a fazer parte de um mesmo projeto, de uma mesma agenda. Incentivou-se a música e a organização de concertos, promoveram-se artes plásticas, e realizaram-se largas dezenas de exposições, os museus e galerias viram exponencialmente aumentar os seus visitantes. Promoveu-se a leitura, criou-se o prémio Literário António Alçada Baptista, realizaram-se mais de 40 cafés Literários, concursos de Leitura, publicaram-se mais de oito obras de investigação. Quebrou-se o autismo e a solidão orgulhosa em que o município vivia mergulhado, estabeleceram-se parcerias com outros concelhos como a Batalha, o Redondo, Vila do Conde, Estremoz, Pova do Varzim, entre outros. A Covilhã aderiu a organizações como a rede de Judiarias, à UCCLA, ao Centro de Estudos Judeus, à Federação Portuguesa de Caminhos de Santiago, à Associação Internacional de Cidades e Entidades do Iluminismo, tendo tido inclusivamente, o privilegio de presidir a esta ultima, o que permitiu realizar um conjunto de exposições, debates e palestras destacando-se a iniciativa Rostos do Conhecimento, que trouxe de



novos à sua cidade berço sete Covilhanenses de renome internacional que se distinguiram nas várias áreas do saber.



A Covilhã ganhou mais um espaço de oferta cultural com a abertura regular do Salão Nobre da Câmara Municipal a palestras, apresentação de livros, conferências e acima de tudo à realização de concertos de elevada qualidade.

Divulgar a História local e reforçar a memória coletiva foi outro dos objetivos que no nosso entender foi amplamente atingido. Com o assinalar de inúmeras efemérides que se pautaram pela investigação histórica e pelo envolvimento dos vários setores da comunidade nas suas comemorações. Foi possível a miúdos e graúdos vislumbrar a riqueza do nosso passado coletivo e a força e valor das nossas gentes. A este propósito, não podemos deixar de destacar os 600 anos da atribuição do primeiro Senhorio da Covilhã ao Infante D. Henrique, os 500 anos da morte de Mateus Fernandes, os 830 anos do Foral, comemorações estas marcadas pelo espetáculo de multimédia luz e fogo na praça do município que permitiu a milhares de pessoas conhecerem os principais aspetos da história covilhanense ao longo dos últimos 8 séculos. Relembramos ainda a recriação da chegada do comboio à Covilhã que assinalou os 125 anos desta efeméride e outras tantas que por economia de tempo não irei nomear.

No domínio da valorização do património cultural edificado, este Município procedeu à abertura dos processos de classificação como Imóveis de Interesse Municipal de vários edifícios e equipamentos, tendo ficado o mandato marcado pela devolução da Janela quinhentista da Casa da Era à cidade...sem dúvida uma janela da Covilhã que se abre para o mundo...e hoje mais um ponto de interesse no nosso Centro Histórico. Ainda no âmbito da valorização do património cultural e edificado não podemos deixar de assinalar o programa “Conhecer o concelho”, levado a cabo por este executivo que tem levado milhares de crianças a conhecer as nossas freguesias e que através destas tem conseguido



despertar nos pais a vontade de visitar ou visitar as nossas freguesias e os seus tesouros.

Assistimos neste mandato também, sempre com o apoio da Câmara Municipal, à consolidação e ao nascimento de inúmeras iniciativas levadas a cabo ou por Associações ou pelas próprias juntas de Freguesia: Feira da Cereja, Feira da Castanha, Feira da Chavelha, Ataque ao Pâmpano, Farrapeiros, Festivales, Festival da Filhós, Mysteria, Montra, Serranices, Xistrilhos, Festival Fornos da Argemela, Os sons da Fraga, Sopas, Festival da Cherovia, Feira Medieval, FACIO, Festival da Truta, Santa Bebiana, e tantas outras...que fazem hoje do nosso Concelho uma referência a nível cultural e recreativo na região.

Referir ainda o trabalho desenvolvido, com o Teatro das Beiras, a ASTA, a 4ª Parede, o Teatr'UBI, o Wool, a EPABI, o Kayser Ballet, e outros tantos com quem a Câmara Municipal tem sido capaz de criar sinergias e pontes, actuando como agente potenciador e dinamizador de inúmeras realizações levadas a cabo por estas entidades.

No capítulo da Arte Urbana ainda recentemente tivemos a oportunidade de assistir ao aparecimento de mais instalações e obras de arte que fazem as delícias dos nossos visitantes, elevando para mais de 15 obras realizadas neste mandato. O selo de qualidade dado pela Associação de Festivais Europeus ao Covilhã Urban Art Festival, é demonstrativo não só da importância como da responsabilidade que agora recai sobre os ombros da Câmara Municipal, no sentido de manter esta aposta, sempre em colaboração com os mentores deste projecto, também eles ilustres Covilhanenses.

Foram devolvidas as Marchas Populares à nossa cidade, com um retumbante sucesso, esta importante tradição Covilhanense realizada em parceria, permitiu colocar no âmago da vida cultural várias associações da cidade que se encontram na essência do que é a identidade do nosso povo. E tão importante





AF  
como a adesão aos dois dias de espetáculos por parte da população, é a animação e a vivência que esta realização traz as nossas colectividades.

Com uma aposta também cada vez mais expressiva e diferenciadora na Feira de S. Tiago, o Município tem conseguido atrair mais público e expositores, dando destaque a este certame, como um importante evento de afirmação da região, fazendo jus aos seus 600 anos de história.

Comemora-se finalmente o 25 de abril na praça do município, comemorações que de ano para ano juntam cada vez mais Covilhanenses e não só, em torno do espírito da liberdade.

Ao nível do desporto é importante realçar a criação da Feira do Desporto, actividade que teve a segunda edição este ano e se afirma cada vez mais como uma mostra da capacidade empreendedora e oferta desportiva do nosso Concelho transformando o Jardim do Lago num ponto de encontro de miúdos e graúdos celebrando a pratica desportiva nas suas mais variadas vertentes. Foram ainda levadas a cabo inúmeras actividades de dinamização e fomento da prática desportiva nos vários equipamentos municipais, o Summer time Covilhã, estágio de várias selecções nacionais, jogos internacionais na nossa cidade. A política desportiva municipal está intrinsecamente ligada aos resultados que Associações, clubes e atletas covilhanenses tem conseguido nas mais diversas modalidades. De forma colaborativa, sem ostracizar ninguém, sem subserviências, o Município da Covilhã tem sabido apoiar e estar ao lado quer financeiramente quer logisticamente, do esforço e dedicação dos dirigentes dessas agremiações. O nosso concelho tem obtido resultados desportivos dos quais todos nós nos podemos orgulhar. Neste capítulo, não podia deixar de destacar o projecto GD Mata/AAUBI, Leões da Floresta/UBI, Pentaclube, ADE, Sporting Club da Covilhã, Unidos do Tortosendo, ABC, Estrela do Campo de Aviação, Academia de Patinagem da Covilhã, Piloto João Fonseca, Federação de


Desportos de Inverno, Académicos dos Penedos Altos, Estrela de três pontas na ginástica, entre tantos outros.

O trinómio, Cultura, Desporto e Associativismo é absolutamente indissociável na realidade covilhanense, o papel que as associações desempenham na oferta quantitativa e qualitativa ao nível da cultura e do desporto, deve ser potenciado e reforçado, elevando a fasquia, e intensificando a transformação das nossas agremiações em parceiros do Município.

Sabemos as dificuldades que foram encontradas no início e as situações aflitivas com que algumas associações se debatiam, compreendemos a necessidade de acudir a estas sob pena de algumas perderem inclusivamente o seu património ou de dirigentes virem a ter que responder com o seu próprio património. No entanto, entendemos que neste capítulo Sr. Presidente, o próximo mandato deverá marcar um aprofundamento da relação entre o Município e as nossas agremiações, alicerçado num Regulamento Municipal de apoio ao Associativismo, regulamento esse que defina indicadores e métricas claras para atribuição de verbas e apoio logístico, transformando-se os actuais protocolos de apoio em contratos programa, valorizando o papel do dirigente e da sua associação, onde as partes sejam conhecedoras das suas obrigações, direitos e deveres, consubstanciados em Planos e relatórios de actividade.

A criação do Condomínio Associativo da Covilhã que saudamos, mais do que dar resposta a um conjunto de associações que não tinham uma casa, irá permitir, como já foi referido pelo Sr. Presidente, à domiciliação de tantas outras que terão nesse espaço uma sala de reuniões e um auditório que poderão utilizar para a sua actividade.

Não se podem lançar bases para o futuro, sem analisar e fazer um diagnóstico do passado e presente. O diagnóstico está feito, num mandato marcado por inúmeras dificuldades financeiras, num município que em 2013 estava



endividado em 297% do seu orçamento, foi a opção deste executivo e deste Presidente não recorrer ao FAM, não aumentar os impostos aos Covilhanenses e continuar a permitir que Juntas de Freguesia, associações e coletividades continuassem a poder contar com o apoio da Câmara Municipal e, todos, em conjunto contribuírem para um sem numero de iniciativas e realizações como aquelas que já referi anteriormente.

Apesar da dívida acumulada, em 2013, o Município da Covilhã continuava a ter necessidade de equipamentos e infraestruturas fundamentais para apoiar a pratica desportiva de várias modalidades. O sonho megalómano do complexo desportivo com piscinas olímpicas e pavilhões municipais ficou-se pelo caminho, e a verdade, nua e crua é que a Covilhã, não possui um pavilhão municipal devidamente apetrechado para poder receber eventos desportivos de nível nacional e internacional assim como uma piscina coberta condigna. Cientes deste facto, olhamos com esperança para a candidatura efectuada no âmbito do pacto da CIM para a recuperação da nossa piscina municipal coberta e não podemos deixar de saudar V. Ex.<sup>ª</sup>, Sr. Presidente pelo passo importante dado no passado dia 17 de Junho, com a assinatura do protocolo de entendimento com a Fundação INATEL, que irá permitir com um investimento partilhado dar aos Covilhanenses, um Pavilhão Municipal que poderá albergar inúmeras modalidades.

Continuando a falar de infraestruturas, é para o grupo parlamentar do PS incompreensível como não se tomou mais cedo a decisão de recuperar o Teatro-cine...nomeadamente quando havia dinheiro para o fazer. Daí que saudamos neste capítulo, a opção do Sr. Presidente de introduzir no PEDU o Centro de Inovação Cultural, aqui apresentado na ultima Assembleia Municipal, que irá possibilitar finalmente a recuperação do nosso teatro de forma sustentável, dando à cidade um equipamento cultural que mais do que uma casa de espetáculos deverá ser um centro cultural da Covilhã, possibilitando no próximo mandato a que, para além das realizações já referidas e da sua



consolidação, a Covilhã possa ter uma programação cultural regular, permitindo a habituação de públicos, inserindo-se numa rede de teatros a nível nacional, capaz de complementar a programação cultural da região e aproveitar todo o potencial que a Covilhã oferece e merece.

Ao nível dos equipamentos culturais referir ainda o Museu arte e cultura, futuro museu da cidade, infraestrutura herdada com graves problemas estruturais que causavam infiltrações e punham em causa as próprias peças que aí se encontravam em exposição. Neste capítulo, fazer votos que a candidatura apresentada ao turismo do centro no valor de 200 mil euros seja rapidamente aprovada para não só corrigir as deficiências do edifício como equipar e implementar um novo projecto de museológico que estou certo o Sr. Presidente apresentará em breve.

A capacitação de agentes culturais realizada através do curso e oficina para agentes culturais, permitiu fazer o levantamento e o diagnóstico cultural do nosso Concelho, lançando-se assim, bases para a elaboração do Plano Municipal de Cultura e Desporto e da criação do Conselho Municipal de Cultura e Desporto que estamos certos, serão uma ferramenta de indiscutível valor para respostas organizadas ao nível da cultura, do desporto e do associativismo.

Sr. Presidente...Qualidade, Abertura, Colaboração, Inovação e Parcerias, são marcas bem vincadas deste mandato e da sua actuação na Cultura, Desporto e Associativismo. A Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia sente orgulho no trabalho realizado e nas sementes que estão a ser lançadas para o futuro...porque também é de cultura que se tece o futuro do nosso Concelho.



(doc.13)

## REQUERIMENTO À MESA

### AJUSTES DIRETOS

Nos termos do Secção III, Artigo 61.º, do Regimento desta Assembleia, vem o grupo parlamentar do PSD, requerer à digníssima Mesa, que remeta à Câmara Municipal, o seguinte pedido de esclarecimentos, sobre os AJUSTES DIRETOS “EFICIÊNCIA ENERGÉTICA”, levados a efeito por este Município:

- A. Aquisição da gestão da eficiência energética na iluminação pública na cidade da Covilhã;
- B. Aquisição de serviços de execução do projeto de eficiência energética nos edifícios Municipais – Edifício dos Paços do Concelho da Covilhã;
- C. Empreitada da obra de iluminação exterior do Jardim Público da Covilhã.

Mais solicitamos, que a Ex.ª Câmara Municipal se digne, remeter a esta assembleia a seguinte documentação, para cada Ajuste Direto:

- 1. Entidades consultadas;
- 2. Fundamentação para a formulação do preço base;
- 3. Programa de Concurso e/ ou Convite;
- 4. Mapa de quantidades;
- 5. Proposta adjudicada e respetivos anexos.

Pede Deferimento,

Covilhã, 30/06/2017

O Deputado Municipal,



(João Nuno Serra)

(doc. 14)



**Partido Comunista Português**  
**Assembleia Municipal da Covilhã**  
Sessão Ordinária de 20/12/2013

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.4. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas de 2016;**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**  
**Senhor Presidente da Câmara Municipal,**  
**Senhora e Senhores Vereadores,**  
**Senhoras e Senhores Deputados,**  
**Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,**  
**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

O artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – vem definir a obrigatoriedade dos Municípios procederem à elaboração da consolidação de contas com serviços municipalizados, bem como com as entidades em que se verifique ou exista a presunção de controlo.

Estando em apreciação as Contas Consolidadas do Município da Covilhã em 2016, importa também fazer um enquadramento legal do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, definido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, referindo a mesma o seguinte:

**CAPÍTULO I**

**Disposições gerais**

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

**1 - A presente lei estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.**

2 - O associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio.

3 - Sem prejuízo do regime previsto na lei geral, a constituição ou a mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas rege-se pelo disposto na presente lei.

Artigo 3.º

Participações locais

**São participações locais todas as participações sociais detidas pelos municípios,** pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas **em entidades constituídas ao abrigo da lei**



**Partido Comunista Português**  
**Assembleia Municipal da Covilhã**  
Sessão Ordinária de 20/12/2013

comercial que não assumam a natureza de empresas locais.

Artigo 5.º

Entidades públicas participantes

Para os efeitos da presente lei, consideram-se entidades públicas participantes os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas.

Artigo 6.º

Princípio geral

**1 - A constituição de empresas locais e as participações previstas no n.º 3 do artigo 1.º e no artigo 3.º devem ser fundamentadas na melhor prossecução do interesse público e**, no caso da constituição de empresas locais, também na conveniência de uma gestão subtraída à gestão direta face à especificidade técnica e material da atividade a desenvolver.

**2 - As atividades a cargo das empresas locais ou das entidades participadas não podem ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes** na pendência da respetiva externalização e na sua exata medida.

3 - Para os efeitos do disposto no número anterior, deve ser considerada a atividade concretamente prosseguida pelas empresas locais ou pelas entidades participadas.

## **CAPÍTULO II**

### **Serviços municipalizados**

Artigo 8.º

Municipalização de serviços

**1 - Os municípios podem proceder à municipalização de serviços.**

**2 - Os serviços municipalizados integram a estrutura organizacional do município.**

3 - A criação de serviços municipalizados é precedida da elaboração de estudo relativamente aos aspetos económicos, técnicos e financeiros.

4 - A criação de serviços municipalizados é comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais, no prazo de 15 dias.

5 - Os serviços intermunicipalizados podem ser criados por entidades intermunicipais ou por um conjunto de dois ou mais municípios, aplicando-se aos mesmos o disposto no presente capítulo.

Artigo 9.º

Organização

1 - Os serviços municipalizados são geridos sob forma empresarial e visam satisfazer necessidades coletivas da população do município.

2 - Os serviços municipalizados possuem organização autónoma no âmbito da administração municipal.

Artigo 10.º

Objeto

1 - Os serviços municipalizados podem ter por objeto uma ou mais das seguintes áreas prestacionais:

- a) Abastecimento público de água;
- b) Saneamento de águas residuais urbanas;



**Partido Comunista Português**  
**Assembleia Municipal da Covilhã**  
Sessão Ordinária de 20/12/2013

- c) Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública;
- d) Transporte de passageiros;
- e) Distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

2 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, podem ser criados serviços municipalizados para o desenvolvimento de atividades não previstas no número anterior, nos casos de integração de empresas locais nos termos previstos no artigo 62.º

**3 - Só podem ser criados serviços municipalizados quando esteja em causa a prossecução de atribuições municipais que fundamentem a respetiva gestão sob forma empresarial.**

4 - O disposto no n.º 1 não prejudica as situações já existentes à data da entrada em vigor da presente lei.

5 - Os serviços intermunicipalizados podem também ter como objeto a organização e funcionamento de unidades de serviços partilhados dos respetivos municípios.

#### Artigo 13.º

Competências do conselho de administração

**Compete ao conselho de administração:**

- a) Gerir os serviços municipalizados;
- b) Exercer as competências respeitantes à prestação de serviço público pelos serviços municipalizados;
- c) Deliberar sobre todos os assuntos relacionados com a gestão e a direção dos recursos humanos dos serviços municipalizados, incluindo o diretor delegado, quando exista;
- d) Preparar as opções do plano e o orçamento a apresentar à câmara municipal;**
- e) Elaborar os documentos de prestação de contas a apresentar à câmara municipal;**
- f) Propor à câmara municipal, nas matérias da competência desta, todas as medidas tendentes a melhorar a organização e o funcionamento dos serviços municipalizados;
- g) Exercer as demais competências previstas na lei.

#### Artigo 16.º

Documentos previsionais e de prestação de contas

**1 - Os serviços municipalizados têm orçamento próprio, o qual, para todos os efeitos legais e procedimentais, será anexado ao orçamento municipal, inscrevendo-se neste os totais das suas receitas e despesas.**

2 - As perdas que resultem da exploração são cobertas pelo orçamento municipal, pertencendo igualmente ao município quaisquer resultados positivos, os quais, no entanto, não lhe podem ser entregues na parte em que correspondam a importâncias em dívida aos serviços municipalizados relativas aos serviços prestados e aos bens fornecidos.

**3 - Os documentos de prestação de contas dos serviços municipalizados são publicitados no sítio na Internet do município, depois de apreciados pelo respetivo órgão deliberativo.**

4 - As perdas ou resultados positivos dos serviços intermunicipalizados são distribuídos pelos municípios nos termos definidos em acordo celebrado para o efeito, o qual é obrigatoriamente comunicado à Direção-Geral das Autarquias, no prazo de 15 dias.

### **CAPÍTULO III**

#### **Empresas locais**

#### **SECÇÃO I**

#### **Disposições comuns**

#### Artigo 19.º

Empresas locais





## Partido Comunista Português

### Assembleia Municipal da Covilhã

Sessão Ordinária de 20/12/2013

**1 - São empresas locais as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação de um dos seguintes requisitos:**

**a) Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto;**

- b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização;
- c) Qualquer outra forma de controlo de gestão.

2 - Qualquer uma das entidades públicas participantes pode constituir sociedades unipessoais por quotas ou sociedades anónimas de cujas ações seja a única titular.

3 - A constituição de sociedades unipessoais por quotas ou de sociedades anónimas unipessoais, nos termos do número anterior, deve observar todos os demais requisitos de constituição previstos na lei comercial.

4 - As empresas locais são pessoas coletivas de direito privado, com natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana, consoante a influência dominante prevista no n.º 1 seja exercida, respetivamente, por um município, dois ou mais municípios ou uma associação de municípios, independentemente da respetiva tipologia, ou uma área metropolitana.

5 - A denominação das empresas locais é acompanhada da indicação da sua natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana, respetivamente E. M., E. I. M. ou E. M. T.

6 - Apenas podem ser constituídas empresas locais de responsabilidade limitada.

Artigo 22.º

Constituição de empresas locais

**1 - A constituição das empresas locais ou a aquisição de participações que confirmam uma influência dominante, nos termos da presente lei, é competência dos órgãos deliberativos das entidades públicas participantes,** sob proposta dos respetivos órgãos executivos.

2 - A constituição ou a participação em empresas locais pelas entidades públicas participantes é obrigatoriamente comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais, bem como, quando exista, à entidade reguladora do respetivo setor, no prazo de 15 dias.

3 - A conservatória do registo comercial competente, a expensas das empresas locais, deve comunicar oficiosamente a constituição ou a aquisição de participações, bem como os estatutos e respetivas alterações, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Direção-Geral das Autarquias Locais e assegurar a devida publicação nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

4 - A Direção-Geral das Autarquias Locais mantém permanentemente atualizada no Portal Autárquico uma lista de todas as empresas locais e de todas as participações previstas na presente lei.

Artigo 42.º

Deveres de informação das empresas locais

**1 - Sem prejuízo do disposto na lei comercial quanto à prestação de informações aos sócios, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos e deliberativos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:**

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d) Documentos de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f) Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local



**Partido Comunista Português**  
**Assembleia Municipal da Covilhã**  
Sessão Ordinária de 20/12/2013

e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurarem a boa gestão dos fundos públicos e a evolução institucional e económico-financeira.

**2 - A violação do dever de informação previsto no n.º 1 implica a dissolução dos respetivos órgãos da empresa local,** constituindo-se os seus titulares, na medida da culpa, na obrigação de indemnizar as entidades públicas participantes pelos prejuízos causados pela retenção prevista nos n.os 2 e seguintes do artigo 44.º

Artigo 43.º

Transparência

**1 - As empresas locais têm obrigatoriamente um sítio na Internet.**

2 - As empresas locais mantêm permanentemente atualizado no seu sítio na Internet a seguinte informação:

**a) Contrato de sociedade e estatutos;**

**b) Estrutura do capital social;**

**c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;**

**d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;**

**e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;**

**f) Planos de atividades anuais e plurianuais;**

**g) Planos de investimento anuais e plurianuais;**

**h) Orçamento anual;**

**i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão ou de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;**

**j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão;**

**k) Pareceres previstos nas alíneas a) a c) do n.º 6 do artigo 25.º**

Ora, no perímetro de consolidação das contas do Município, estão as seguintes empresas:

- ICOVI, EEM
- ADC, EM
- PARKURBIS, SA, EM
- Associação Parkurbis Incubação
- Municipia, SA (MEP)
- WRC, EIM, SA (MEP)

E os seus resultados são os seguintes:

	2012	2013	2014	2015	2016



**Partido Comunista Português**  
**Assembleia Municipal da Covilhã**  
Sessão Ordinária de 20/12/2013

✓ A  
V

<b>Passivo Total (curto, médio e longo prazo)</b>	138.377.163,16€	130.718.691,35€		149.984.913,19€	139.652.379,86€
<b>Endividamento Total (curto, médio e longo prazo)</b>	76.653.890,26€	71.204.645,10€		89.174.257,68€	80.499.383,36€
<b>Endividamento a médio e longo prazo</b>	69.504.761,64€	67.642.075,92€		78.543.672,63 €	72.469.733,88€
<b>Resultados Transitados</b>	-19.295.363,53 €	-22.135.561,22 €		- 27.695.172,41€	-32.632.065,04€
<b>Resultados Operacionais</b>	-2.506.518,27€	-1.990.402,11 €		- 1.665.518,81€	- 1.011.947,93€
<b>Resultados Financeiros</b>	-1.014.708,51€	-759.418,23€		- 1.068.646,94€	- 1.166.412,41€
<b>Resultados Correntes</b>	-3.521.226,78€	-2.749.820,34€		- 2.734.165,75€	- 2.178.359,27€
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	- 3.655.191,08€	- 4.108.894,52€		- 2.064.831,08€	- 1.184.093,05€

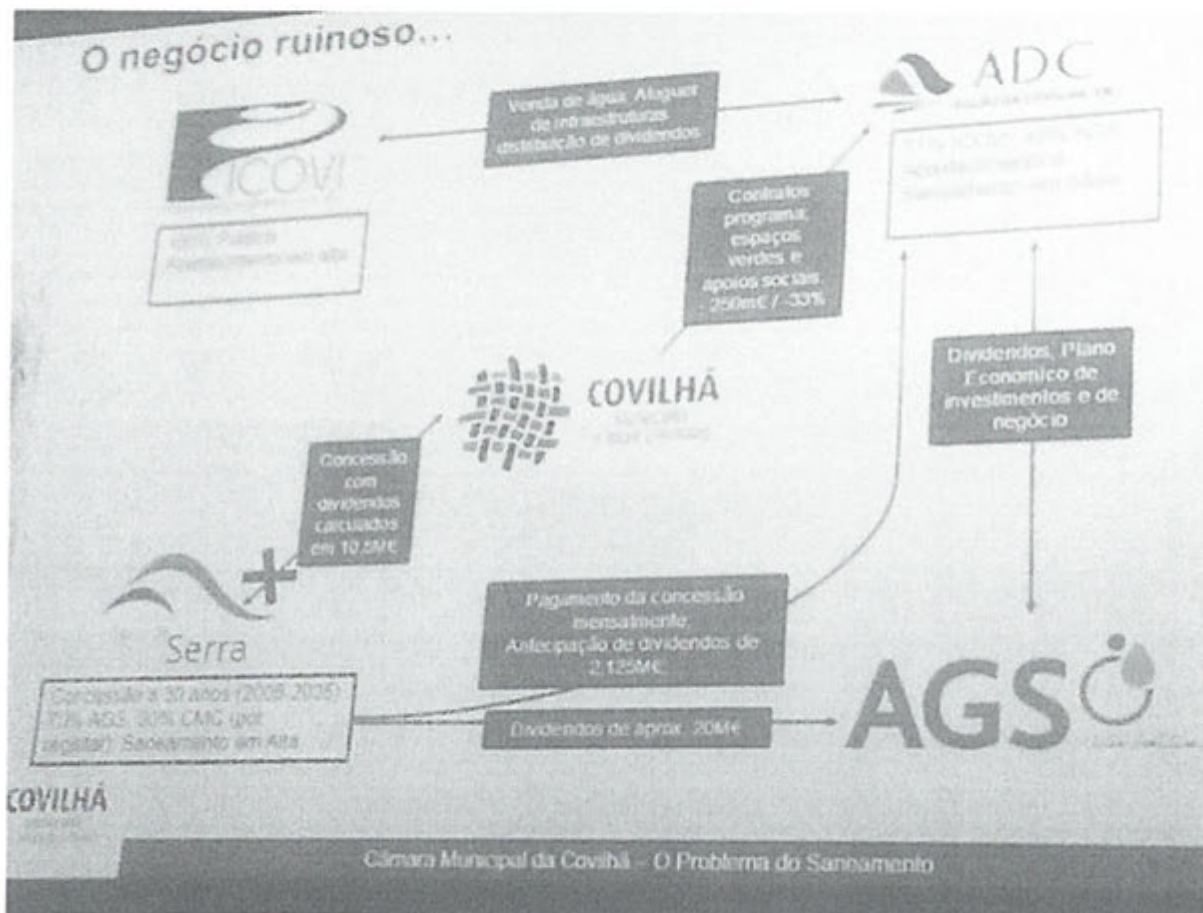
Ou seja, mantém-se a estrutura de custos, as prioridades de intervenção, os Resultados Negativos, a depauperização do Município através das empresas municipais e sobretudo a estrutura de Grupo Municipal montada pelo anterior executivo Carlos Pinto/PSD, como aqui explicado nesta assembleia através do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã.

Em que a ICOVI, 100% pública, que tem o Abastecimento de Água em Alta, venda a água à AdC – Águas da Covilhã, aluga as infraestruturas e distribui dividendos.

Em que a Câmara Municipal paga Contratos Programa para Espaços Verdes e Apoios Sociais.

Em que a AdC, detida em 51% pela ICOVI e 49% pela AGS, tem o Abastecimento e o Saneamento em baixa.





Em que a ADS - Águas da Serra é detida em 30% pelo Município (sem que esta participação esteja registada) e em 70% pela AGS (Parceiro Privado, o mesmo que tem 49% da ADC) tem a Concessão a 30 anos (até 2035) e tem o Saneamento em Alta.

Em que a AGS ("Parceiro" Privado) recebe aproximadamente 20 milhões de euros da ADS.

Em que a ADS - Águas da Serra paga a concessão mensalmente à ADC e entre as quais foi feita a antecipação de dividendos de 2,125 Milhões de Euros.

Em que a Câmara Municipal deu a Concessão do Saneamento à ADS (pelos tais 30 anos) com dividendos calculados em 10,5 Milhões de euros.

Uma trapalhada, dir-se-ia estarmos perante os "papers" da Covilhã!!!





**Partido Comunista Português**

**Assembleia Municipal da Covilhã**

Sessão Ordinária de 20/12/2013

Handwritten marks: a checkmark, a large 'A', and a blue checkmark.

Razão tinha o PCP quando falava na Negociata da Água.

Foi pois com este cenário, com esta estrutura, que este Executivo Camarário trabalhou, não o tendo alterado, sujeitou-se à estratégia anteriormente montada.

É pois esta realidade que precisa ser alterada, repensada e colocada ao serviço das populações, garantindo a capacidade operativa dos serviços camarários, provocando uma mudança real e efetiva, não só das faces que compõem o Executivo Camarário e esta Assembleia, mas das políticas por estes postas em prática.

Disse.

**Os Deputados do PCP**

**Vitor Reis Silva, Marco Gabriel, Marisa Marques, Pedro Manquinho**

*em nome de todos eles*

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária –30/06/2017

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2016

Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;  
Exm<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores;  
Exm<sup>as</sup>. Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia;  
Exm<sup>as</sup>. Senhoras e Senhores Deputados Municipais;  
Comunicação Social;  
Estimado Público,

Infelizmente, para todos nós, este executivo municipal, continua de forma reiterada e deliberada a **violar o princípio da transparência** a que se encontram obrigados, nos termos do Lei do Enquadramento Orçamental e o Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Na última sessão da Assembleia Municipal, o PSD solicitou os documentos de prestação de contas das empresas participadas pelo Município, tendo sido referido que seria dado conhecimento aquando da apresentação das contas consolidadas.

Perguntamos hoje, agora que estamos a discutir as contas consolidadas, onde estão os documentos, para de forma transparente serem analisados e votados?

É importante que todos nesta assembleia tenhamos a consciência do que a lei diz sobre esta matéria. Para efeitos do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seus documentos de prestação de contas (entre outros) aos órgãos executivos e deliberativos do Município da Covilhã, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo. Nestes termos, questiona-se porque razão





ainda não chegaram a esta Assembleia as contas individuais das empresas locais do Município?



Querem que esta Assembleia, seja um órgão decorativo do governo municipal, onde são tomadas deliberações à revelia da Lei?

**Não existe transparência e não existe cumprimento da legislação!**

Para que se tenha noção, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo a violação do dever de informação previsto no n.º 1 (reitera-se: de forma atempada) implica a dissolução dos respetivos órgãos da empresa local.

E é isso que o Partido Socialista quer fazer na Covilhã, dissolver as empresas e encerrar operacionalmente o concelho?

**Caso estas contas consolidadas sejam hoje aprovadas, elas enfermam de ilegalidade. Por isso alertamos que, todos quanto as aprovem, cometem uma violação grave da Lei.**

Da análise aos documentos de prestação de contas consolidadas apresentados, gostaríamos de ainda assim, referir o seguinte:

1. Nada referem quanto aos métodos de consolidação utilizado para cada uma das participações financeiras, pelo que não nos permite fazer uma avaliação técnica aprofundada. Recordamos que essa informação deveria ser contemplada no Anexo, sendo que este documento serve para facultar a informação necessária para uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras para uma melhor avaliação do seu conteúdo;
2. O Passivo Exigível Total do grupo municipal que integra o perímetro de consolidação, ou por outras palavras a dívida, ascende a 80,5 milhões de







euros, **superior em 25 milhões de euros ao que havia sido apresentado nas contas individuais do Município, aumentando assim a sua exposição a capitais alheios.**

3. O referido passivo exigível reduziu cerca de 8,67 milhões de euros comparativamente ao ano anterior. Alertamos que, o Município individualmente, reduziu o seu passivo exigível total, de 2015 para 2016, em 8,97 milhões de euros, dos quais 6,99 milhões de euros decorrem de pagamentos obrigatórios, assumidos por planos financeiros (empréstimos de médio e longo prazos, locação financeira e acordos de pagamento).

Pelo que, podemos concluir que nas restantes entidades que integram o perímetro de consolidação, **o passivo exigível aumentou de forma linear 300 mil euros.** No entanto, as mesmas entidades tiveram que cumprir os seus planos financeiros com empréstimos bancários e locação financeira, e que não podemos apurar o montante real porque nos **ocultam a informação.**

Assim, temos que concluir que, o passivo das empresas aumentou, pelo que nos leva a questionar V. Exas., se não anda o Município a empurrar a dívida para as empresas locais?

Nós temos a resposta! Basta verificar as recentes adjudicações do Município no Portal dos Contratos Públicos (Base Gov).

4. Por outro lado, na alínea b) do n.º 3 do Anexo Consolidado é referido que no processo de consolidação entre Município e a empresa local ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.E.M., e de forma isolada, subsiste uma **diferença de consolidação de cerca de 2 milhões**







**de euros.** Não entende o executivo Municipal, que esta diferença é materialmente relevante, para a documentar e justificar? Como pode o órgão executivo ter aprovado umas contas, com uma diferença de valor tão expressivo? Sabem porventura o que andam a fazer?

Por fim, e porque este mandato está a terminar, gostaríamos ainda de alertar para o seguinte:

O Município da Covilhã, detém 100% da ICOVI, e por sua vez esta detém 51% da ADC. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08, a ADC – Águas da Covilhã, E.M. deveria ter sido dissolvida ou totalmente alienada ao Município da Covilhã ou a terceiros.

Durante estes quatro anos de mandato, os senhores, nada fizeram, para corrigir mais esta violação a Lei n.º 50/2012. Solicitamos por isso que nos informem de quais os planos do executivo, para a empresa ADC? Quais as perspetivas?

Reiteramos que de acordo com a Lei do Enquadramento Orçamental e o Regime Financeiro das Autarquias Locais, a ação Municipal, bem como os Documentos de Prestação de Contas Consolidada, deve obedecer ao princípio da transparência e de transparente não têm nada, sendo por isso mais uma clara violação àquele princípio consagrado no quadro legislativo referido.

**Desta forma, o PSD vota CONTRA os documentos de Prestação de Contas Consolidadas, por considerar que os mesmos não são apresentados de forma transparente e que são uma clara violação à Lei.**

O Deputado Municipal do PSD



João Nuno Serra

## 2.4 - Relatório de gestão de Contas Consolidadas de 2016

### DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do Partido Socialista vota favoravelmente porque não só concorda com a veracidade do exposto como por outro lado se revê na política financeira desenvolvida pelo Município. Na realidade, a análise das contas consolidadas demonstra uma diminuição da dívida do Município no seu todo e em cada uma das áreas. Não só a dívida de longo prazo e de curto prazo diminuem como também as dívidas a fornecedores diminuem. Isto demonstra uma especial atenção do Município para com a saúde financeira das empresas e agentes económicos da região. Há também a realçar a diminuição nas dívidas às freguesias, que lhes permite um funcionamento mais eficaz, mas também afasta cabalmente a acusação de eleitoralismo de que a oposição nos acusa: tem existido um enorme esforço, já reflectido nas contas de 2016, em não acumular dívida para com as freguesias, não deixando a liquidação dessas dívidas para o ano eleitoral.

Não podemos também deixar de realçar que as contas consolidadas de 2016 demonstram ainda uma outra coisa: é possível fazer obra, contribuir para a melhoria de vida dos covilhanenses, é possível promover a cultura, o desporto, é possível atender às necessidades sociais do concelho pagando. No caso presente pagando o que se faz no presente, mas pagando também a fatura do passado.

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã